

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**KLEBER SANTOS SILVA**

**ASPECTOS DETERMINANTES NA FORMAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO: UM  
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL DA REGIÃO  
DE FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2007**

**KLEBER SANTOS SILVA**

**ASPECTOS DETERMINANTES NA FORMAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO: UM  
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL DA REGIÃO  
DE FLORIANÓPOLIS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Luiz Alberton

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2007**

**KLEBER SANTOS SILVA**

**ASPECTOS DETERMINANTES NA FORMAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL DA REGIÃO DE FLORIANÓPOLIS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de \_\_\_\_\_, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

**Florianópolis, 03 de dezembro de 2007.**

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Elisete Dahmer Pfitscher  
Coordenadora de Monografia do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

---

Professor Dr. Luiz Alberton (Orientador)  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

---

Professor Msc. Fabiano Maury Raupp (Co-orientador)  
Departamento de Administração, UDESC

---

Professor Msc. Vladimir Arthur Fey (Membro)  
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

**Florianópolis  
2007**

“Aproveite cada dia como se fosse o último de sua vida”.

(Autor desconhecido)

Este trabalho é dedicado:

A meu pai Dejair.

A minha mãe Sandra.

A minha avó Maria (*In memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por nos ter concedido a vida e também por me dar a sabedoria por através dela cheguei até aqui.

Aos meus pais, Dejair e Sandra, pelo incentivo durante meus estudos, pela educação e a moral que tenho hoje. Ao meu irmão Jandir pelos anos vividos em comum e minha avó Maria pelo apoio de sempre nas minhas conquistas.

A minha namorada Carla, por esta sempre no meu lado, principalmente na conclusão deste trabalho, sempre incentivando e dando forças nas horas mais difíceis.

Aos amigos de faculdade, principalmente ao Alexandre, Ismael, Jean e Renato, por estarmos sempre juntos na medida do possível. E aos demais colegas, que de alguma forma estavam presentes durante esses cinco anos de curso.

Ao meu professor orientador, Luiz Alberton, que acreditou na minha proposta e meu deu condições para a realização desse trabalho. Ao meu amigo e co-orientador Fabiano Maury Raupp pelo apoio e auxílio na preparação desse trabalho e ao professor Vladimir Arthur Fey por ter aceitado a participar da banca.

À Parceria Contabilidade e Audicor Contabilidade, pois através das atividades que exercia e exerço pude amadurecer profissionalmente e a todas as pessoas que participaram direta e indiretamente.

À Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente ao Departamento de Ciências Contábeis por me acolhido nesses últimos anos.

Obrigado

## RESUMO

SILVA, Kleber Santos. **Aspectos determinantes na formação do capital de giro:** um estudo de caso em uma empresa do ramo comercial da região de Florianópolis. 2007. 83 p. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ORIENTADOR: Luiz Alberton, Dr.

O capital de giro está relacionado, diretamente, às fontes de financiamento das quais a empresa necessita para promover o andamento e o crescimento de suas atividades comerciais. A administração do capital de giro significa administrar as contas dos elementos de giro, ou seja, os ativos e passivos circulantes, tais como caixa, estoques, contas a receber e contas a pagar e todo o seu gerenciamento financeiro, com objetivo de manter e determinar o nível de rentabilidade e liquidez. Assim, o objetivo geral deste estudo consistiu em identificar os fatores determinantes na formação do capital de giro de uma empresa comercial atacadista. Trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada por meio de um estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa. Os dados foram coletados através de questionário e analisados por meio de análise descritiva e de conteúdo. O estudo apresenta uma revisão de literatura abordando alguns conceitos e características da administração do capital de giro. No tocante aos dados da empresa, foram analisadas as demonstrações contábeis dos exercícios de 2005 e 2006, nas quais verifica-se de onde provêm os recursos empregados no capital de giro. Identificou-se que os fatores determinantes na formação do capital de giro da empresa pesquisada são: fluxo de caixa, tipo de cliente, ciclo operacional e financeiro.

**Palavras-chave:** Administração; Capital de Giro; Demonstrações Contábeis.

## ABREVIATURAS

ACO – Ativo Circulante Operacional  
AUTOF – Autofinanciamento  
BP – Balanço Patrimonial  
CCL – Capital Circulante Líquido  
CDG – Capital de Giro  
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa  
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício  
LC – Liquidez Corrente  
LG – Liquidez Geral  
LS – Liquidez Seca  
MP – Matéria Prima  
NCG – Necessidade de Capital de Giro  
PCO – Passivo Circulante Operacional  
PCT – Participação de Capitais de Terceiros  
PMC – Prazo Médio de Compras  
PME – Prazo Médio de Estocagem  
PMF – Prazo Médio de Fabricação  
PMPC – Prazo Médio de Pagamento de Compras  
PMRE – Prazo Médio de Renovação do Estoque  
PMRV – Prazo Médio de Recebimento de Vendas  
PMV – Prazo Médio de Vendas



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ciclo operacional e financeiro 2005.....	53
Tabela 2 – Ciclo operacional e financeiro 2006.....	54
Tabela 3 – Balanço Patrimonial 2005 da Empresa Alfa Ltda.....	55
Tabela 4 – Balanço Patrimonial 2006 da Empresa Alfa Ltda.....	56
Tabela 5 – DFC 2006 Empresa Alfa Ltda.....	57

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capital de giro (Capital circulante).....	27
Figura 2 - Prazos e fases do ciclo operacional.....	28
Figura 3 - Demonstração do fluxo de caixa – Casa das Lingeries Ltda. 1999.....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Liquidez Geral da empresa objeto de estudo.....	47
Gráfico 2 – Liquidez Corrente da empresa objeto de estudo.....	48
Gráfico 3 – Liquidez Seca da empresa objeto de estudo.....	49
Gráfico 4 – Índice de Endividamento da empresa objeto de estudo.....	50
Gráfico 5 – Prazo Médio de Renovação do Estoque da empresa objeto de estudo.....	51
Gráfico 6 – Prazo Médio de Recebimento de Vendas da empresa objeto de estudo.....	52
Gráfico 7 – Prazo Médio de Pagamento de Compras da empresa objeto de estudo.....	53

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA .....	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	15
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	15
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	16
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO .....	16
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO .....	19
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 FRAGMENTOS HISTÓRICOS .....	20
2.2 USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	21
2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	23
2.4 ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO.....	25
2.4.1 <i>Ciclo operacional</i> .....	28
2.4.2 <i>Risco versus retorno na administração de capital de giro</i> .....	31
2.4.3 <i>Capital de giro próprio e de terceiros</i> .....	32
2.4.4 <i>Indicadores de liquidez</i> .....	33
2.4.5 <i>Indicador de endividamento</i> .....	35
2.4.6 <i>Necessidade de capital de giro</i> .....	36
2.4.7 <i>Autofinanciamento (AUTOF)</i> .....	38
2.5 ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	38
2.5.1 <i>Abrangência do Fluxo de Caixa</i> .....	39
2.5.2 <i>As principais transações que afetam o caixa</i> .....	40
2.5.3 <i>Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa</i> .....	41
2.5.4 <i>Administração de valores a receber e valores a pagar</i> .....	43
2.5.5 <i>Administração financeira de estoques</i> .....	43
<b>3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>45</b>
3.1 BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO .....	45
3.2 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA.....	46
3.2.1 <i>Análise de liquidez</i> .....	46
3.2.1.1 <i>Liquidez geral</i> .....	46

3.2.1.2 <i>Liquidez Corrente</i> .....	47
3.2.1.3 <i>Liquidez Seca</i> .....	48
3.2.2 <i>Análise de endividamento</i> .....	49
3.2.3 <i>Análise dos índices de atividades</i> .....	50
3.2.3.1 <i>Prazo médio de renovação de estoque</i> .....	51
3.2.3.2 <i>Prazo médio de recebimento de vendas</i> .....	52
3.2.3.3 <i>Prazo médio de pagamento de compras</i> .....	52
3.2.4 <i>Necessidade de capital de giro</i> .....	54
3.2.5 <i>Demonstração do fluxo de caixa</i> .....	56
3.2.6 <i>Fatores determinantes na formação do capital de giro da empresa objeto de estudo</i> .....	58
<b>4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>60</b>
4.1 CONCLUSÕES .....	60
4.2 RECOMENDAÇÕES .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>62</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>64</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos o mercado financeiro e a tecnologia evoluíram. Com isto, a concorrência aumentou, exigindo das empresas a formulação de estratégias operacionais para obter uma adequada administração.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis auxiliam na tomada de decisão, sendo fundamental analisar os indicadores financeiros e não financeiros e, por meio deles elaborar projeções para o futuro.

A partir das informações obtidas na análise das demonstrações contábeis, os gestores das empresas podem verificar a situação atual e projetar novas tendências. De acordo com Matarazzo (2003, p.17):

o analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando.

Através da análise das demonstrações contábeis pode-se obter informações quanto à formação do capital de giro de uma empresa, sendo que o mesmo é relevante no processo decisório. Segundo Assaf Neto e Silva (2002, p.13), “a definição do montante do capital de giro é uma tarefa com sensíveis repercussões sobre o sucesso dos negócios, exercendo evidentes influências sobre a liquidez e rentabilidade das empresas”.

Sendo assim, é essencial que a empresa tenha controle em relação a administração do capital de giro para evitar a formação de uma situação de insolvência.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

A preocupação em verificar se a empresa está sendo bem administrada, se têm condições de sanar seus compromissos, se é lucrativa e se está evoluindo, vem há muitos anos, onde o analista de balanços já se preocupava em extrair informações para auxiliar na tomada de decisões da empresa. Segundo Iudícibus (1998, p. 17):

a necessidade de analisar demonstrações contábeis é pelo menos tão antiga quanto a própria origem de tais peças. Nos primórdios da Contabilidade, quando esta se resumia, basicamente, à realização de inventários, já o analista se preocupava em

anotar as variações quantitativas e qualitativas das varias categorias de bens incluídos em seu inventário.

No decorrer dos anos, o comércio, a revolução industrial, entre outros, impuseram modificações tanto na teoria quanto na prática contábil. Hoje, com a revolução da tecnologia, a internacionalização das organizações e da produtividade, os negócios tornaram-se mais dinâmicos e competitivos. Isto impõe novas e profundas revisões na aplicação da contabilidade e seu reencontro com seus objetivos e com o principal usuário: o gestor da empresa.

Mesmo com todas essas modificações, a análise das demonstrações, através de seus indicadores financeiros e não financeiros, não perdeu sua validade. Atualmente, preocupa-se cada vez mais com a qualidade das informações, pretendendo chegar a inferências mais precisas da empresa e através de análises, auxiliar no processo de tomada de decisões.

Desse modo, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: *Quais são os aspectos determinantes na formação do Capital de Giro de uma empresa comercial atacadista?*

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

No sentido de buscar um entendimento melhor da questão da pesquisa formulada, o presente trabalho terá o objetivo geral que será desenvolvido a partir dos objetivos específicos, buscando a compreensão dos aspectos determinantes do capital de giro da empresa objeto de estudo.

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo consiste em identificar os fatores determinantes na formação do Capital de Giro de uma empresa comercial atacadista da região de Florianópolis.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Em termos de objetivos específicos busca-se o que segue:

- contextualizar a empresa objeto de estudo;
- verificar a influência da análise econômico-financeira da empresa e na determinação do capital de giro;
- inferir sobre os fatores condicionantes da formação do Capital de Giro da empresa objeto de estudo.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Ao abrir uma empresa é indispensável capital para dar início às suas atividades, pois o mesmo é utilizado para alugar ou comprar um estabelecimento, mobiliário, adquirir equipamentos e suprimentos, pagar profissionais como advogados e contadores e também dar prosseguimento às pesquisas e o desenvolvimento do produto ou serviço. O capital também é necessário para pagar funcionários, fornecedores, despesas, impostos, enfim, dar condução às atividades do cotidiano da empresa.

Em função disso os gestores devem se preocupar com a administração do Capital de Giro para que não ocorram problemas financeiros posteriores, como por exemplo, se não for feita uma adequada estimativa para as necessidades financeiras poderá ocorrer falta de recursos para cumprir com os compromissos assumidos.

Nesse sentido, Assaf Neto e Silva (2002, p.13) alertam que “a presença de ativos correntes na estrutura financeira das empresas é importante para viabilizar financeiramente seus negócios e contribuir para a formação do retorno econômico do investimento realizado”.

Quando são utilizadas sólidas estratégias operacionais relacionadas à administração do capital de giro, provavelmente um bom retorno financeiro será alcançado. Conforme, Matarazzo (2003, p. 337):

necessidade de capital de giro, que designaremos NCG, é não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.



Entende-se que uma das finalidades da contabilidade é a mensuração dos fatos que evidenciam a situação patrimonial e sua evolução. Outra finalidade também é demonstrar a todos os seu usuários e interessados, informando através de cálculos e relatórios contábeis a forma que foi utilizado os recursos diretamente relacionados a determinação do capital de giro propiciando o desenvolvimento das habilidades gerenciais e, através disso, as condições para a alcance de melhores resultados econômicos e financeiros em suas empresas.

Portanto, verifica-se que a contabilidade possui potencial para auxiliar os administradores na determinação e gerenciamento do capital de giro da empresa, porque pode ser usada para demonstrar a utilização dos seus recursos através de relatórios contábeis onde deverão ser evidenciados, de forma transparente e fidedigna, as variáveis definidas que a empresa apresenta para manter as atividades operacionais.

#### 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para atingir o objetivo proposto nesta monografia realiza-se uma pesquisa científica, que, segundo Gil (1996, p.19), “é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos”. Para Lakatos (1986, p.44), ”significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”.

No que se refere aos procedimentos caracteriza-se como um estudo de caso, onde é analisada uma situação real na qual são apurados os aspectos determinantes para a formação do capital de giro da empresas analisada, através da análise das demonstrações contábeis.

De acordo com Bruyne, Herman e Schoutheete (1977 apud RAUPP e BEUREN, 2003), afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista a aprender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia um maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Esta pesquisa é do tipo descritiva, quantitativa e qualitativa, visto que é utilizado um questionário para verificar os aspectos determinantes na formação do capital de giro da empresa objeto de estudo.

O questionário conta com perguntas fechadas sobre o assunto pesquisado, que são perguntas para as quais o informante escolhe sua resposta em alternativas já pré-fixadas.

Quanto ao delineamento da pesquisa em relação aos objetivos tem-se um estudo descritivo. Para Lakatos e Marconi (1990, p.19), “a pesquisa descritiva delinea o que é: aborda também quatro aspectos: investigação, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”.

Essa pesquisa também possui uma abordagem quali-quantitativa. A pesquisa quantitativa visa demonstrar as características de um grupo através de estudos de vários indivíduos do grupo.

Richardson (1999, p. 80 apud RAUPP e BEUREN, 2003, p.91) menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexibilidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

De acordo com Richardson (1999, p. 70 apud RAUPP e BEUREN 2003, p.92) a abordagem quantitativa:

caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexa, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

A pesquisa usará a interpretação por meio de conteúdo na qual será analisado alguns dados relacionados com a formação do capital de giro da empresa objeto de estudo.

Richardson (1999, p. 224 apud RAUPP e BEUREN, 2003, p.137) infere que:

a análise de conteúdo busca compreender melhor um discurso, aprofundar suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas e extrair os momentos mais importantes. Portanto, baseia-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador.

Para a realização deste trabalho verificam-se as publicações de uma empresa comercial atacadista da região de Florianópolis, na qual parte de dados baseados em duas demonstrações, a saber: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício. O trabalho também se limita aos períodos de 2005 e 2006.

As informações obtidas a partir do estudo não poderão ser generalizadas para as demais empresas do mesmo setor ou de setores diferentes. As inferências realizadas restringem-se a empresa pesquisada. Outro aspecto que limita a pesquisa é a impossibilidade de divulgar a razão social da empresa objeto de estudo a pedido dos gestores. Além disso, alguns resultados não foram encontrados em função da indisponibilidade do Balanço Patrimonial de 2004.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente monografia está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado Introdução, busca demonstrar a relevância e a contextualização do presente estudo, sendo composta de tema e problema, objetivos, justificativa do estudo, a estrutura do trabalho, a metodologia aplicada e as limitações do estudo.

No segundo capítulo, denominado Fundamentação teórica, faz-se uma incursão teórica na teoria que sustenta o estudo.

O terceiro capítulo, Descrição e análise dos dados, apresentam os resultados alcançados a partir do estudo realizado.

O quarto capítulo, Conclusões e recomendações, discorre sobre as considerações finais. Seguem-se as referências utilizadas, anexos e apêndices que serviram de base para a elaboração do estudo monográfico.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentam-se aspectos relacionados à administração do capital de giro, bem como o ciclo operacional, conflito risco retorno e indicadores de liquidez.

O presente capítulo também aborda características relacionadas ao capital de giro e suas necessidades, compreende conceitos pertinentes às demonstrações contábeis, faz síntese a administração do fluxo de caixa, contas a receber e contas a pagar, por fim apresenta o autofinanciamento.

### 2.1 FRAGMENTOS HISTÓRICOS

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento contábil utilizado há muitos anos, isso era evidenciado nas operações de compra e venda de mercadorias onde o homem se preocupava com a variação patrimonial, na qual vem consolidar a necessidade da análise das demonstrações financeiras.

A análise das demonstrações Financeiras é tão antiga quanto a própria contabilidade, mais ou menos 4000 a.c. encontraremos os primeiros inventários de rebanhos ( o homem que voltava sua atenção para a principal atividade econômica: o pastoreiro ) e a preocupação da variação da riqueza ( variação de rebanho ). Através desta variação de riqueza, na comparação de dois inventários que os pastores chegaram ao conhecimento de quantas ovelhas perderam de um período ao outro, dando assim sintomas de análise (MARION, 1998 p.451).

Nessa época já existiam rudimentares noções de cálculo, pois o criador se preocupava em anotar as variações quantitativas dos bens de seu inventário. Naquela época ao invés de adquirir os bens através de moeda corrente, como é feito hoje, o criador avaliava a quantidade de bens que era necessário possuir para obter em troca outro bem, isto era chamado de escambo.

Um exemplo a ser dado é quando, ao fazer um inventário inicial, o pastor possuía 100 ovelhas e no final de um determinado período possuía 115 ovelhas, o criador percebia um acréscimo de 15 ovelhas em seu rebanho. Segundo Iudícibus (1998, p. 18) “esta é uma espécie de análise horizontal, isto é, avalia-se a variação de período a período, de um item qualquer do balanço”.

Com o surgimento dos bancos e com a evolução da contabilidade houve a necessidade de analisar com maior precisão os balanços. Conforme Marion (2002, p. 21):

Toda via, remonta de época mas recente o surgimento da análise das demonstrações contábeis de forma mais sólidas, mais adulta. É no final do século XIX, que observamos os banqueiros americanos solicitando as demonstrações (praticamente o balanço) às empresas que desejavam contrair empréstimos.

Para Iudícibus (1998, p. 19):

o surgimento dos bancos governamentais de desenvolvimento, regionais ou nacionais, em vários países, deu grande desenvolvimento a análise de balanços, pois tais entidades normalmente exigem, como parte de financiamento, uma completa análise econômica – financeira.

Assim sendo, a necessidade de verificar se a empresa está sendo lucrativa não é de hoje e sim do século passado. Esta preocupação não vem apenas por parte dos gestores, mas sim de todos os usuários interessados nas informações e resultados da empresa, a fim de compreenderem melhor a situação econômico-financeira da empresa.

## 2.2 USUÁRIOS DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As funções das demonstrações contábeis estão relacionadas com a obtenção das informações para uma posterior tomada de decisão, através das técnicas específicas. Conforme Matarazzo (2003, p.17):

ao contrário das demonstrações financeiras, os relatórios de análise devem ser elaborados como se fossem dirigidos a leigos, ainda que não o sejam, isto é, sua linguagem deve ser inteligível por qualquer mediano dirigente de empresa, gerente de banco ou gerente de crédito.

É preciso conhecer os usuários aos quais se destinam à análise e o período que se deseja verificar. Finalmente, é necessário saber quais métodos utilizados, a confiabilidade, a validade e profundidade da análise para emitir a solução e proceder a análise.

a Análise de Balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e sua potencialidade. É de primordial importância, portanto, para todos que pretendam relacionar-se com uma empresa, quer como fornecedores, financiadores, acionistas e até como empregados (MATARAZZO, 2003 p.28)

Através da Análise das Demonstrações é possível atender, conforme Matarazzo (2003), os seguintes usuários:

- *Fornecedores*: O fornecedor de mercadoria precisa conhecer a capacidade de solvência de seus clientes. Quem fornece alguma coisa precisa saber se pode contar com o recebimento no prazo convencionado e com isso fazer ou não o atendimento da empresa analisada.

- *Clientes*: Os clientes raramente analisam a situação do fornecedor, mas precisam saber se o fluxo de matéria prima, ou mercadorias continuará sendo suprido.

- *Bancos Comerciais e de Investimentos*: Os Bancos Comerciais concedem crédito a curto prazo e mantém relacionamento, com seus clientes, a longo prazo. Dessa forma o Banco escolhe os melhores clientes de hoje e de amanhã, embora a análise dê maior ênfase ao curto prazo não relega os pontos de longo prazo. Já os bancos de investimentos concedem financiamento a um numero menor de empresas, mas a prazos mais longos.

- *Sociedades de Crédito Imobiliário, Financiamento e Investimento*: As Sociedades de crédito imobiliário concedem financiamentos a construtora por prazo superiores a um ano. Já as sociedades de financiamento e investimento concedem créditos diretamente aos consumidores. As lojas funcionam como avalistas destes empréstimos, logo precisam conhecer a competência e capacidade destas para conceder tais linhas de crédito.

- *Corretoras de Valores e Publico Investidor*: esses usuários das informações contábeis fazem uma análise para investimento em ações. Além da análise financeira, levam em conta outros fatores relacionados à valorização de ações e preços. Procuram ações com que possam visualizar lucros futuros.

- *Concorrentes*: A análise dos concorrentes serve para conhecer a situação das empresas do setor, decisões de lançar ou não um novo produto, ampliar instalações, saber qual a situação frente a seus concorrentes, sendo que esse conhecimento pode ser fator de sucesso ou fracasso da empresa no mercado.

- *Dirigentes e Governo*: Para os administradores de empresa, a análise das demonstrações financeira é um instrumento complementar para tomada de decisões, fornece subsídios úteis, como informações fundamentais sobre rentabilidade e liquidez para saber o que os bancos comerciais vão pensar dela. Já o Governo utiliza intensamente a Análise das Demonstrações Contábeis, ora para contratação de serviços em concorrência aberta, no caso de ter duas propostas semelhantes, escolhendo aquela de melhor situação financeira; ora para acompanhamento do desempenho das empresas concessionárias de serviços públicos.

- *Acompanhamento de clientes e empresas*: É feito para previsão de possível insolvência, acompanhar e verificar a possível falência da empresa.

## 2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao analisar as demonstrações contábeis o contador tem a possibilidade de obter resultados mais precisos quanto as informações econômicas e financeiras de uma empresa, através da análise.

Segundo Matarazzo (2003, p. 39), “a análise das demonstrações visa extrair informações para a tomada de decisão. O perfeito conhecimento do significado de cada conta facilita a busca de informações precisas”.

A partir das Demonstrações Contábeis pode conhecer um pouco acerca da situação econômico-financeira da empresa. As demonstrações contábeis, quando publicadas, apresentam-se de forma sintética, diante disso, há necessidade de aplicação da técnica contábil denominada Análise das Demonstrações Financeiras.

Analisar significa transformar as demonstrações contábeis em partes de forma que melhor se interprete os seus elementos. Interessa conhecer primordialmente dois aspectos do patrimônio, quais sejam, o econômico e o financeiro. A situação econômica diz respeito à aplicação do capital e seu retorno, e a situação financeira diz como a empresa está em relação a seus compromissos financeiros (FRANCO, 1992, p.93).

Ao analisar as demonstrações contábeis sob o aspecto econômico é levado em conta o modo como está distribuído o capital da empresa focando sempre no retorno financeiro, ou seja, o lucro. O aspecto financeiro refere-se a capacidade que a empresa tem de cumprir com seus compromissos, analisando tanto a variação do saldo de caixa como a situação do capital circulante líquido. Conforme Iudícibus (1998, p. 21):

a análise de balanços é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso. Ou, melhor dizendo, cada analista poderia, com o mesmo conjunto de informações e de quocientes, chegar a conclusões ligeiras ou até completamente diferenciadas. É provável, todavia, que dois analistas experimentados, conhecendo igualmente bem o ramo de atividade da empresa, cheguem a conclusões bastante precisas (mas nunca idênticas) sobre a situação atual da empresa, embora quase sempre apontariam tendências diferentes, pelo menos em grau, para o empreendimento.

A análise das demonstrações contábeis é realizada através de técnicas que extraem informações dos relatórios contábeis, apurando os dados e por meio deste fornecendo informações relevantes para tomada de decisões.

Conforme Matarazzo (2003), em linhas gerais, podem-se listar as seguintes informações produzidas pela Análise de Balanços como, por exemplo, a situação financeira,

situação econômica, desempenho, eficiência na utilização dos recursos, pontos fortes e fracos, tendências e perspectivas, quadro evolutivo, adequação das fontes às aplicações de recursos, causas das alterações das operações financeiras, causas das alterações na rentabilidade, evidência de erros da administração, providências que deveriam ser tomadas e não foram, avaliação das alternativas econômico-financeiras futuras.

A Análise das Demonstrações Contábeis é fundamental na área das finanças, pois, é por meio dela que se pode verificar a conseqüências de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa.

Conforme Matarazzo (2003, p. 27):

o diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa Análise de Balanço, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, apresentar um esboço das prioridades para a solução de seus problemas.

Existem duas técnicas adicionais que permitem conhecer detalhes das demonstrações contábeis que são a análise horizontal e vertical.

A Análise Horizontal refere-se a esclarecer a situação evolutiva de cada item ou conjunto de itens relacionados nas demonstrações no decorrer dos anos. É chamada de horizontal pelo fato de que, estabelece o primeiro ano ou o ano-base para a análise e a partir deste confere qual foi o desenvolvimento nos anos posteriores e preocupa-se com o aumento ou diminuição de itens ou conjunto de itens específicos, ou seja, não confronta um item com outro no mesmo período e sim o mesmo item a cada período. Matarazzo (2003, p. 250) diz que o objetivo da análise horizontal é “mostrar a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permitir tirar conclusões sobre a evolução da empresa”.

A análise vertical refere-se a estabelecer um item como base e a partir daí verificar quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido como base.

Uma dos amplos proveitos da Análise Vertical consiste na investigação da estrutura de composição dos itens das demonstrações e o seu desenvolvimento no decorrer dos anos, com um aspecto peculiar, também, a análise de tendências para a empresa. A análise vertical não verifica somente os aumentos ou diminuições, isto é, o comportamento dos itens e as áreas de problemas, mas também em verificar quais foram às verdadeiras razões para as correções que se fizerem necessárias, bem como identificar no que estas variações podem interferir nas decisões a serem tomadas pela empresa.

Matarazzo (2003, p. 249) diz que o objetivo da análise vertical é “mostrar a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da



comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais”.

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento de utilidade para a empresa, pois se for bem estruturada, pode se constituir numa excelente ferramenta para o controle da administração, permite diagnosticar a empresa, revelando os pontos críticos e possibilita apresentar algumas sugestões de prioridades para a solução dos problemas, permite uma visão estratégica dos objetivos da empresa, bem como dar valor ao seu futuro, suas limitações e suas capacidades.

Diante das circunstâncias expostas, as conclusões extraídas da análise das demonstrações contábeis são úteis no sentido de atender os interesses de usuários da informação contábil ou financeira, sejam eles internos ou externos, ou pessoas físicas ou jurídicas que tenham algum vínculo com a empresa analisada.

Sendo assim, o analista deve se ater a todos os detalhes do processo de análise para que as informações por ele fornecidas sejam mais condizentes com a realidade da situação econômico-financeira da empresa.

## 2.4 ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A busca por resultados sólidos e de longo prazo representa um objetivo essencial para a maioria das empresas, porem, para alcançar esse objetivo a empresa necessita possuir uma adequada administração e realizar investimentos em seus ativos. Com isso a empresa estará viabilizando financeiramente seus negócios e contribuindo para a formação do retorno econômico investimento realizado. De acordo com Vieira (2005, p. 3):

a empresa tem que realizar investimentos fixos em imóveis, edificações, equipamentos e instalações em geral. Deve também investir no giro dos seus negócios, direcionando recursos principalmente para os estoques e para o financiamento aos clientes. Quanto maior for o ritmo de crescimento alcançado pela empresa, maiores serão as necessidades de recursos para investimentos nas atividades operacionais.

A administração do capital de giro exerce grande influencia no processo de tomada de decisão, pois o capital de giro faz parte no desempenho operacional das empresas, com mais da metade de seus ativos totais investidos. Conforme Assaf Neto e Silva (2002, p. 14) “a administração do capital de giro encontra-se inserida no contexto decisório das finanças das

empresas, permitindo melhor entendimento de como as organizações geram, aplicação e gerenciam seus recursos financeiros”.

Para Vieira (2005, p. 32), a administração do capital giro é caracterizada como:

campo de estudo que trata a gestão dos ativos e passivos que compõem os grupos circulantes do balanço patrimonial – ativo circulante e passivo circulante, e se preocupa em buscar respostas para duas questões principais: (1) Quanto deveria ser investido nas contas do ativo circulante, (2) Como esses investimentos deveriam ser financiados.

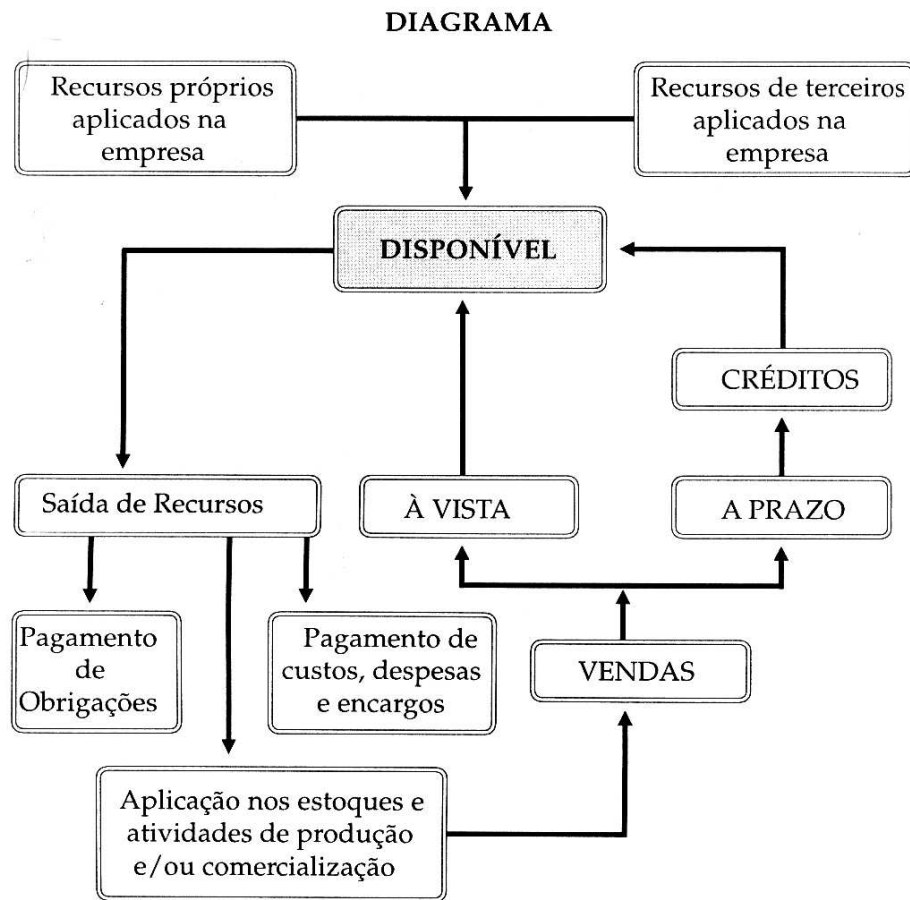
Com relação à natureza e definição do Capital de giro, Assaf Neto e Silva (2002) afirmam que termo *giro* refere-se aos recursos correntes (curto prazo) da empresa, geralmente identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano. A delimitação de um ano não costuma ser seguida por empresas cujo ciclo produção-venda-produção ultrapasse caracteristicamente este prazo (estaleiros, atividade rural ect.), prevalecendo nesta situação o ciclo operacional para se definirem os recursos correntes.

Os elementos de *giro*, diante da definição apresentada, são identificados no ativo circulante e passivo circulante, ou seja, no curto prazo.

O *capital de giro* ou *capital circulante* é representado pelo ativo circulante, isto é, pelas aplicações correntes, identificadas geralmente pelas disponibilidades, valores a receber e estoques. Num sentido mais amplo, o capital de giro representa os recursos demandados por uma empresa para financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a aquisição de matérias-primas (ou mercadorias) até o recebimento pela venda do produto acabado.

A *administração do capital de giro* diz respeito à administração das contas dos elementos do capital de giro, ou seja, dos ativos e passivos correntes (circulantes), e às inter-relações existentes entre eles. Neste conceito, é estudado fundamentalmente o nível adequado de estoques que a empresa deve manter, seus investimentos em créditos a clientes, critérios de gerenciamento do caixa e a estrutura dos passivos correntes, de forma consistente com os objetivos enunciados pela empresa e tendo por base a manutenção de determinado nível de rentabilidade e liquidez.

No diagrama demonstrado na Figura 1, observa-se a transição que o capital de giro percorre durante as atividades da empresa:



**Figura 1 Capital de Giro (Capital Circulante).**

Fonte: Neves e Viceconti (1998, p. 244)

A fonte de recursos próprios e/ou de terceiros formam o capital disponível da empresa, utilizado para pagamentos de obrigações, custos, despesas, encargos ou aplicações em estoques e atividades operacionais. A venda é decorrente dessas aplicações e atividades operacionais, sendo realizada de duas maneiras: a prazo ou a vista, independente da maneira que é efetuada a venda, o capital retorna para a empresa, o diferencial entre as duas é que a vista o dinheiro é recebido no ato e a prazo é gerado um crédito que, posteriormente, será convertido em dinheiro.

a administração do capital de giro tem como objetivo principal a manutenção do equilíbrio financeiro da empresa como forma de garantir a continuidade da atividade operacional e propiciar condições adequadas que favoreçam sua sobrevivência e o crescimento. Esta posição de equilíbrio se materializa na capacidade da empresa em cumprir com os compromissos financeiros assumidos (ou seja, pagar o que deve ser pago, no vencimento), o que significa manter um fluxo de caixa saudável e uma boa situação de liquidez (VIEIRA, 2005, p. 40).

Com o decorrer dos anos houve uma significativa evolução na área financeira, fazendo com que o processo decisório das empresas absorvesse notória melhoria de qualidade. Ao compreender as decisões das empresas, a administração do capital de giro também acompanhou este desenvolvimento, adotando importante relevância no auxílio das tomadas de decisão, pois a adequada administração do capital de giro também faz parte das estratégias de crescimento e lucratividade da empresa.

### 2.4.1 Ciclo operacional

Para que a administração do capital de giro seja eficiente numa empresa, é relevante analisar a variação que ocorre no ciclo operacional. Esta análise inclui averiguar se todos os departamentos da empresa estão satisfazendo normalmente suas atividades.

Assaf Neto e Silva (2002) definem o ciclo operacional como sendo o processo repetitivo e de forma natural que é iniciado na compra de matéria prima para produção, no caso de indústria e é finalizado com o recebimento pela venda do produto final. O ciclo operacional incorpora todo o processo empresarial de produção-venda-recebimento.

De acordo com Marion (1998), o ciclo operacional começa pela entrada de matéria-prima e termina com o recebimento de dinheiro por meio de vendas à vista e a prazo.

O Ciclo operacional, para Assaf Neto e Silva (2002), pode ser definido por fases e prazos médios conforme descrição abaixo:



- onde:
- ⇒ PME (Mp) = prazo médio de estocagem de matérias-primas;
  - ⇒ PMF = prazo médio de fabricação;
  - ⇒ PMV = prazo médio de venda (prazo médio de estocagem dos produtos acabados);
  - ⇒ PMC = prazo médio de cobrança (prazo médio de recebimento).

### Figura 2 Prazos e Fases do Ciclo Operacional.

Fonte: Assaf Neto e Silva (2002, p. 19)

O prazo médio de estocagem de matérias-primas (PME) depende da atuação do setor de insumos. O setor de compra deve estar integrado ao ciclo financeiro de forma a adequar as necessidades da empresa ao prazo para pagamento dos seus fornecedores, tornando eficientes às compras de matéria-prima para suprir o estoque. O prazo médio de renovação do estoque (PMRE) e o prazo médio de pagamento de compras (PMPC) podem ser encontrados pelas seguintes formulas:

$$\text{PMRE: } \frac{\text{Estoque}}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}} \times 360$$

$$\text{PMPC: } \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$$

O prazo médio de fabricação (PMF) supõe que, num determinado período de tempo, o setor de produção fabrique produtos num prazo razoável para abastecer o estoque e assim supra os pedidos de cliente.

O prazo médio de venda (PMV) está vinculado ao estoque. A venda deve estar comprometida com o prazo de entrega do produto. Deverá o estoque ter uma quantidade mínima para atender aos pedidos

Já o prazo médio de cobrança (PMC) ou prazo médio de recebimento de vendas (PMRV) equivale ao tempo de recebimento de dinheiro proveniente das vendas a prazo.

$$\text{PMRV: } \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} \times 360$$

As fases e os prazos variam de empresa para empresa, dependendo das necessidades e do ramo de atividade. Há casos em que o PMV não é utilizado visto que a empresa não opera com vendas a prazo.

De acordo com Assaf Neto e Silva (2002, p. 19) “a soma destes prazos operacionais indica o tempo médio decorrido desde a compra de matéria-prima até o momento do

recebimento do valor da venda. Quanto mais longo se apresenta este período, maior será, evidentemente, a necessidade de recursos para financiar o giro da empresa”.

Uma observação a ser colocada com relação à figura acima é que a necessidade financeira varia de acordo com cada etapa. O investimento feito no período de estocagem de matérias primas é menor que no período de fabricação, pelo fato de serem aplicados nessas etapas os custos de produção. Posteriormente nos períodos de prazos de venda e cobrança a necessidade de financiamento aumenta, pois existem os custos e despesas específicos.

Segundo Assaf Neto e Silva (2002, p. 21):

é importante que se registre que a gestão de uma empresa é um processo bastante dinâmico, requisitando um sistema de informações gerenciais objetivo e intuitivo. Não é suficiente conhecer somente as durações das fases operacionais da empresa para chegar-se às suas efetivas necessidades de financiamento e ao montante ideal de capital de giro. A demanda por financiamento para o capital de giro precisa estar vinculado a algum parâmetro que a transforme, sempre que necessário, em valores monetários.

A administração da empresa necessita de um sistema de informações prático e eficiente, para detectar a real necessidade de financiamento e a quantidade suficiente de capital de giro. O processo de financiamento tem que estar vinculado, quando necessário, em valores monetários.

Assaf Neto e Silva (2002) descrevem ainda que, o ciclo operacional varia conforme o ramo de atividade da empresa. Dependendo da empresa o ciclo operacional pode ser menor do que um ano, subentende-se que quando ocorre esta situação o ciclo operacional se repete inúmeras vezes ao ano, mostrando uma maior rotação para os investimentos operacionais.

Outras empresas necessitam de um ciclo operacional mais longo, como é o caso de construtoras, pois precisam de um volume maior de financiamento de capital de giro. As fases do ciclo operacional demandam de forma crescente, certos recursos para financiar suas atividades, aumentando estas necessidades, em conformidade com a intensidade do ciclo operacional.

O ciclo financeiro está relacionado estritamente com as movimentações relacionadas ao caixa compreendendo especificamente no espaço de tempo entre um desembolso inicial de caixa até o efetivo recebimento da venda do produto.

Assaf Neto e Silva (2002, p.22) afirmam que o ciclo financeiro “representa o intervalo do tempo que a empresa irá necessitar efetivamente de financiamento para as suas atividades”. Para Vieira (2005, p.76) o ciclo financeiro “é o resultado das políticas de estocagem e de financiamento da empresa, sendo também influenciado pelas condições estruturais do setor no qual atua e pela ambiência econômica e financeira do momento”.

Conforme Vieira (2005, p.75):

caracteriza o ciclo econômico como sendo “o prazo decorrido entre as entradas de matérias-primas e insumos operacionais (compras) e as saídas de produtos acabados (vendas), estando relacionados à atividade operacional da empresa refletindo, principalmente, seus prazos de estocagem e produção.

Sendo assim, o ciclo financeiro está atrelado às movimentações do caixa desde o pagamento de materiais feito aos fornecedores até o recebimento efetivo das vendas, enquanto que o ciclo econômico está relacionado ao prazo atinente as entradas de materiais e insumos até as saídas dos produtos.

#### **2.4.2 Risco versus retorno na administração de capital de giro**

Quando uma empresa investe em ativos patrimoniais ela, automaticamente, almeja obter um retorno financeiro, porém é complicado verificar inicialmente se este retorno será positivo. Um meio de minimizar estes riscos é, verificar a aceitação do produto, procedimento realizado antes do lançamento deste produto ao mercado, e a identificação de possíveis erros administrativos, para serem corrigidos, maximizando assim o retorno financeiro.

Assaf Neto e Silva (2002), afirmam que, quanto mais recursos investidos nos ativos correntes menor tende ser a rentabilidade, porém menos arriscada se apresenta à política de capital de giro. Feito isso ocorre uma maior folga financeira, induzindo retornos inferiores àqueles obtidos ao escolher por uma estrutura financeira de menor liquidez, com volume de capital de giro reduzido. Ao contrário, um investimento reduzido de CCL, aumenta o risco de insolvência da empresa, porém contribui para uma adequada formação da rentabilidade do investimento ao poupar o volume de fundos imobilizados em ativos de menor rentabilidade. Esta relação risco-retorno suporta-se de forma que nenhuma alteração na liquidez ocorre sem que se promova, em sentido oposto, alterações na rentabilidade. Sendo assim, na definição do nível apropriado de recursos aplicados em ativos correntes, a empresa deve levar em conta sua opção entre risco-retorno.

Assim quando a empresa for decidir o nível de investimento a ser feito no ativo corrente, ela deve observar que não poderá optar por uma posição de alta liquidez e rentabilidade concomitantemente, devendo escolher por um CCL que lhe proporcione um nível de segurança e rentabilidade adequados aos padrões definidos pela relação risco-retorno.

É necessário que ao tomar uma decisão, a empresa leve em consideração as variáveis risco-retorno para que seja obtido um adequado retorno financeiro.

### **2.4.3 Capital de giro próprio e de terceiros**

Para efetuar os investimentos, a empresa necessita de recursos, sem eles não é possível fazer um investimento, os recursos são obtidos geralmente de duas formas através de capital próprio e capital de terceiros.

Vieira (2005, p. 4) define o capital próprio e o capital de terceiros da seguinte maneira:

o capital de terceiros busca sua remuneração através dos juros contratados enquanto que o capital próprio obtém sua remuneração através dos lucros líquidos gerados pelas atividades operacionais. Essa remuneração, que deve ser proporcionada aos fornecedores de capital, e denominada custo de capital e pode ser entendida, genericamente, como o custo dos recursos utilizados no financiamento dos investimentos realizados com o objetivo de produzir resultados operacionais.

Com relação à necessidade de recursos, Assaf Neto e Silva (2002, p. 24) afirmam que “toda empresa precisa buscar um nível satisfatório de capital de giro de maneira a garantir a sustentação de sua atividade operacional”. Conforme Vieira (2005, p. 3):

para realizar seus investimentos, a empresa precisa dispor de capital suficiente, que poderá ser obtido junto aos acionistas e às instituições financeiras, numa proporção que será função das decisões estratégicas adotadas e das condições vigentes nos mercados financeiros e de capitais.

Quando a empresa não dispõe de recursos próprios para financiar o capital de giro ela por intermédio de capital de terceiros, pode optar por alternativas de financiamentos. Uma modalidade de financiamento de capital de giro são os bancos que oferecem serviços, tais como: aplicações financeiras, empréstimos, seguro e ordem de pagamento. Em troca o banco exige algumas opções de garantia, como por exemplo, fiança, hipoteca, penhora aval e alienação fiduciária. Analisando as aplicações e as fontes de recursos financeiros, pode-se verificar as necessidades líquidas do capital de giro da empresa.



#### 2.4.4 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez estão relacionados ao capital de giro, pois tanto esse quanto aquele está ligado às disponibilidades e são relevantes para a tomada de decisão, já que os recursos circulantes acabam se tornando a base da estratégia empresarial, pois são por eles, e baseados neles, que por diversas vezes os negócios são encaminhados.

Os resultados obtidos na análise dos índices podem afetar o direcionamento dos negócios por retratarem posições de curto prazo, afetando, direta ou indiretamente, outras cadeias de valores da empresa como o capital de giro.

Os indicadores de liquidez demonstram a situação financeira da empresa, ou seja, a capacidade de sanar seus compromissos. Servem para demonstrar o grau de solvência da empresa em decorrência da existência ou não de solidez financeira que garanta o pagamento dos compromissos com terceiros. Os indicadores são calculados de acordo com as informações contidas nas demonstrações financeiras.

Segundo Matarazzo (2003, p. 163):

os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como o prazo, renovação de dívidas etc.

O índice de liquidez geral (LG) é indispensável, pois verifica se a empresa possui uma solidez financeira capaz de garantir os compromissos de curto e longo prazo. Este índice demonstra quanto a empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável à Longo Prazo, para cada unidade monetária de obrigação total.

De acordo com Marion (2002, p.90):

as divergências em datas de recebimento e de pagamento tendem a acentuar-se quando se analisam períodos longos, ou seja, o recebimento do Ativo pode divergir consideravelmente do pagamento do Passivo; isso, sem dúvida, empobrece o indicador.

$$\text{Liquidez Geral: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Já a liquidez corrente (LC) evidencia a disposição financeira da empresa para cumprir os seus compromissos de curto prazo. Quando este índice for igual a um, indica solvência suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e quando for superior indica folga para tomada de decisões.

Segundo Iudícibus (1998, p.100) “este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo”. É um índice muito divulgado e considerado como o melhor indicador da situação de liquidez.

$$\text{Liquidez Corrente: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A liquidez seca (LS) demonstra a disposição líquida de cumprir seus compromissos em curto prazo, pois desconsidera do Ativo Circulante, estoques, impostos a recuperar e despesas do exercício seguinte.

Conforme Assaf Neto e Silva (2002, p. 31) o índice de liquidez seca “mede o percentual das dívidas de curto prazo em condições de serem liquidadas mediante o uso de ativos monetários de maior liquidez (basicamente, disponíveis em valores a receber)”.

De acordo com Matarazzo (2003, p.173):

este índice é um teste de força aplicado à empresa; visa medir o grau de excelência da sua situação financeira. De um lado, abaixo de certos limites, obtidos segundo os padrões do ramo, pode indicar alguma dificuldade de liquidez, mas raramente tal conclusão será mantida quando o índice de Liquidez Corrente for satisfatório. De outro lado, o índice de liquidez Seca conjugado com o índice de Liquidez Corrente é um reforço à conclusão de que a empresa é um atleta de liquidez.

O índice de Liquidez Seca é utilizado como coadjuvante e não tem papel principal na avaliação da empresa. Sua interpretação depende da habilidade individual do analista.

$$\text{Liquidez Seca: } \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Conforme Matarazzo (2003), quando a liquidez seca e a liquidez corrente estão em um nível alto, a situação financeira é adequada, porém quando o nível da liquidez seca é baixo e o da liquidez corrente é alto, significa que a situação financeira em princípio é satisfatória. A

baixa liquidez seca não indica necessariamente comprometimento da situação financeira. Em certos casos pode ser sintoma de excessivos estoques “encalhados”.

A baixa liquidez corrente associada a uma liquidez seca alta, indica que a situação financeira em princípio é insatisfatória, mas atenuada pela boa liquidez seca. Em certos casos pode até ser considerada razoável. Para ocorrer uma situação financeira insatisfatória, a liquidez corrente e a liquidez seca deverão estar em baixa.

Sendo assim, para uma melhor análise este índice, como os demais, deve ser analisado em conjunto com outros índices. O índice de liquidez seca é, portanto um índice considerado conservador para que se possa verificar a situação financeira da empresa.

Tendo em vista que a situação de liquidez influencia na normalidade das atividades operacionais e sobre a continuidade da empresa, é necessário concessões quanto à quantidade necessária de capital investido de forma a garantir a manutenção do equilíbrio financeiro da empresa.

#### **2.4.5 Indicador de endividamento**

Estes indicadores relacionam as fontes de recursos próprios e de terceiros, ou seja, indica a relação de dependência da empresa com relação a capitais de terceiros. De outra forma, este índice demonstra como são aplicados tais recursos sendo eles no curto ou longo prazo.

Após conhecer o grau de Participação de Capitais de Terceiros, é necessário saber a composição dessas dívidas. Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo ( e nós sabemos as dificuldades em gerar recursos a curto prazo); outra coisa é ter dívida a longo prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos (normalmente lucro + depreciação) para pagar essas dívidas (MATARAZZO, 1993 p. 103).

Este índice aborda sempre a questão financeira da empresa, porém pode ser vantajoso para a empresa tomar recursos emprestados desde que o custo deles seja inferior ao lucro obtido com a aplicação nos negócios.

$$\text{Endividamento: } \frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

De acordo com Marion (2002, p. 105) há algumas características a detectar do seguinte indicador:

empresas que recorrem a dívidas como um complemento dos Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas em seu Ativo (ampliação, expansão, modernização ect.). Esse endividamento é sadio, mesmo sendo tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido; empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo. Por não gerarem recursos para saldar seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos. Permanecendo esse círculo vicioso, a empresa será séria candidata à insolvência; conseqüentemente a falência.

Sob o aspecto financeiro, quanto maior o índice de endividamento menor será a liberdade de decisões financeiras da empresa e maior será a dependência a esses terceiros. Por outro lado se a taxa de retorno ganha no giro nos ativos tomados por empréstimos, quando comparada com a taxa de despesa financeira sobre o endividamento for superior, a participação de capitais de terceiros é benéfica.

#### **2.4.6 Necessidade de capital de giro**

A necessidade de capital de giro é fundamental para a administração financeira de uma empresa, pois é relacionada com a efetuação de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade.

Matarazzo (2003) afirma que a diferença entre o ativo circulante operacional (investimentos) menos o passivo circulante operacional (financiamentos) é quanto à empresa necessita de capital de giro.

$$\text{NCG} = \text{ACO} - \text{PCO}$$

onde: NCG – Necessidade de Capital de Giro

ACO – Ativo Circulante Operacional

PCO – Passivo Circulante Operacional

Ainda, para Matarazzo (2003, p.338), as situações básicas que ocorrem numa empresa, com relação ao ACO/PCO podem ser assim resumidas:

Quando o Ativo Circulante Operacional for maior que o Passivo Circulante Operacional significa que há uma NCG para o qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamento, que é o caso da maioria das empresas. Já na situação da empresa ter um ACO igual ao PCO significa que não existe a necessidade de financiamento para o giro.

Por fim, quando o ACO for menor que o PCO significa que a empresa tem mais financiamentos do que investimentos operacionais, sendo assim sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser utilizados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão da planta fixa.

Para Vieira (2005, p. 78):

quando as aplicações são superiores as fontes, surge uma aplicação líquida de recursos decorrente das operações que passa a fazer parte da vida da empresa, assumindo, portanto, caráter de longo prazo. Essa aplicação de origem operacional precisa ser financiada caracterizando uma demanda de recursos que pode ser calculada no balanço patrimonial, pela diferença entre as aplicações operacionais (ativo cíclico) e as fontes operacionais (passivo cíclico), denominada necessidade de capital de giro (NCG).

Quando a atividade operacional da empresa evidenciar uma saída de caixa mais rápida que o da entrada, (um exemplo é quando os pagamentos de fornecedores são efetuados antes dos recebimentos de clientes) com isso ocorre uma necessidade constante de capital de giro, que é evidenciado através da diferença entre os ativos e passivos cíclicos.

Conforme Vieira (2005, p.79):

a necessidade de capital de giro é decorrente da defasagem entre as entradas e as saídas de caixa. Quando as saídas ocorrem antes das entradas de caixa (que é o caso mais freqüente), o valor do ativo cíclico (aplicações) é superior ao valor ao passivo cíclico (fontes) e a necessidade de capital de giro é positiva, representando uma aplicação operacional líquida de recursos. Quando, por outro lado, as saídas acontecem depois das entradas de caixa, o passivo cíclico (fontes) torna-se maior que o ativo cíclico (aplicações) e passa a representar uma fonte operacional líquida para a empresa.

A necessidade de capital de giro ocorre devido à diferença das entradas e saídas de recursos. Quando os pagamentos de caixa são efetuados antes da entrada de recursos o valor do ativo cíclico é superior ao valor do passivo cíclico, necessitando de capital de giro, por outro lado, quando acontece o inverso, o valor do passivo cíclico passa a ser superior que o ativo cíclico representando uma fonte operacional líquida para a empresa.

A Necessidade de capital de giro indica quanto do montante do capital de giro operacional está ou não sendo financiado por recursos operacionais de terceiros. Quando as aplicações operacionais forem superiores as fontes operacionais, ocorre a necessidade de capital de giro, quando a situação for inversa não há necessidade de capital de giro.

As hipóteses relacionadas podem auxiliar no gerenciamento do capital de giro nos aspectos financeiros para detectar as necessidades líquidas de investimento operacional.

#### **2.4.7 Autofinanciamento (AUTOF)**

O autofinanciamento, como o próprio nome indica, corresponde à capacidade da empresa em financiar a necessidade de capital de giro com seus próprios recursos e que é determinado através da redução dos dividendos distribuídos aos acionistas. Diferencia-se, assim, de outras fontes de financiamentos externos ou as entradas adicionais de capital efetuadas pelos respectivos possuidores de capital, sejam sob a forma de empréstimo ou prestações suplementares.

O autofinanciamento é fundamental para o financiamento das atividades da empresa, principalmente se ela tem planos de crescer. Uma situação deficiente neste aspecto ira sempre representar um grave impedimento, uma ameaça ao futuro da organização, que ira sempre depender dos recursos fornecidos pelos acionistas e a órgãos financiadores. É o autofinanciamento que alavanca o crescimento do CDG, que é um fator essencial para se alcançar uma posição de liquidez satisfatória (VIEIRA, 2005, p. 187).

O autofinanciamento aumenta o capital de giro, em função das fontes permanentes, compensando a diminuição provocada pelos novos investimentos. Ele faz com que a empresa não dependa diretamente de capital de terceiros, tendo recursos suficientes para financiar suas atividades operacionais ao longo do tempo.

Em resumo, o autofinanciamento na perspectiva da gestão financeira representa o conjunto de elementos que traduzem num maior ou menor grau de liquidez e de contribuição positiva para o setor financeiro da empresa.

### **2.5 ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Uma excelente gestão dos recursos financeiros maximiza as chances de lucros restringindo a necessidade de capital de giro. O fluxo de caixa é uma eficiente ferramenta para o administrador na tomada de decisão, pois, demonstra todas as operações pertinentes a atividade financeira da empresa.

Conforme Assaf Neto e Silva (2002, p. 38):

o fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolso) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se as medidas saneadoras a serem tomadas.

De acordo Matarazzo (2003 p. 364), os principais objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) são: avaliar alternativas de investimentos; avaliar e controlar ao longo do tempo decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários; avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez; certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

A administração do fluxo de caixa requer um acompanhamento freqüente dos resultados financeiros, de modo a averiguar seu desempenho, apurando retificações se necessário.

### **2.5.1 Abrangência do Fluxo de Caixa**

Quando se efetua, por exemplo, a compra de uma mercadoria a vista, é no caixa que é efetuada esta operação, porém, existem operações que não estão ligadas diretamente ao caixa como, por exemplo, a compra ou venda de mercadorias a prazo.

O administrador precisa verificar todas as operações condizentes a atividade da empresa, neste contexto, é necessário que se verifique também o total das contas a pagar e a receber, para que não haja prejuízos decorrentes da falta de disponibilidades de caixa ou de má administração.

Assaf Neto e Silva (2002), pelo fato de não agrupar diretamente um retorno operacional, o saldo de caixa deve ser o mais reduzido possível, o suficiente para garantir as necessidades relacionadas aos recebimentos e pagamentos, porém quanto mais reduzido for o caixa, a empresa conseqüentemente perderá descontos financeiros, como por exemplo, quando for efetuar compras de mercadorias a vista, junto aos fornecedores. Por outro lado, quanto mais elevado for o saldo de caixa maior será a segurança financeira da empresa.

Além da área financeira, existem outras vinculadas a administração do fluxo de caixa, como por exemplo, produção (no caso de indústrias), vendas, cobrança.

Conforme Assaf Neto e Silva (2002, p.41):

- a área de produção, ao promover alterações nos prazos de fabricação dos produtos, determina novas alterações nas necessidades de caixa. De forma idêntica, os custos da produção têm importantes reflexos sobre o caixa;

- as decisões de compras devem ser tomadas de maneira ajustada com a existência de saldos disponíveis de caixa. Em outras palavras, deve haver preocupação com relação a sincronização dos fluxos de caixa, avaliando-se os prazos concedidos para pagamento das compras com aqueles estabelecidos para recebimento das vendas;

- políticas de cobranças mais ágeis e eficientes, ao permitirem colocar recursos financeiros mais rapidamente a disposição da empresa, constituem-se importante reforço de caixa;

- a área de vendas, junto com a meta de crescimento da atividade comercial, deve manter um controle mais próximo sobre os prazos concedidos e hábitos de pagamentos dos clientes, de maneira a não pressionar negativamente o fluxo de caixa. Em outras palavras, é recomendado que toda decisão envolvendo vendas devem ser tomada somente após uma prévia avaliação de suas implicações sobre os resultados de caixa (exemplos: prazos de cobrança, despesas com publicidades e propaganda, etc.);

- a área financeira deve avaliar criteriosamente o perfil de seu endividamento, de forma que os desembolsos necessários ocorram concomitantemente à geração de caixa da empresa.

A melhor forma para obter uma adequada administração fluxo de caixa é, promover, com mais agilidade as entradas, do que os desembolsos, possibilitando, assim um melhor desempenho do fluxo de caixa. Negociações com fornecedores (aumentando o prazo de pagamento de mercadorias), concessão de descontos financeiros aos clientes, (reduzindo o prazo de recebimento das vendas), são algumas formas de obter recebimentos mais rápidos do que os desembolsos.

## **2.5.2 As principais transações que afetam o caixa**

Existem diversas transações que afetam as entradas e saídas de caixa.

- *Transações que aumentam o caixa*



Segundo Marion (1998), as transações que aumentam o caixa são decorrentes de integralização de capital que representam os investimentos realizados pelos proprietários, os empréstimos bancários e os financiamentos utilizados como capital de giro, a venda de bens da empresa, recebimentos de duplicatas e de juros diversos.

- *Transações que diminuem o caixa*

As transações que diminuem o caixa são as oriundas de pagamentos de fornecedores, pagamentos de compras, pagamentos de juros, compras diversas e pagamento de despesas.

- *Transações que não afetam o caixa*

As transações que não afetam o caixa, segundo Marion (1998), são as compras e as vendas de mercadorias a prazo, a correção monetária do balanço e as depreciações.

### **2.5.3 Estrutura da Demonstração do Fluxo de Caixa**

A DFC apesar de não ser divulgada pelas empresas, é uma demonstração imprescindível na análise do desempenho financeiro e serve também como base para auxiliar as pessoas físicas, que necessitarem de informações relacionadas aos seus próprios negócios.

Conforme Marion (2002, p. 64) “a Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalente de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos”.

Saldo Inicial em 31-12-98		40.000,00
<u>Entradas</u>		
Receita Operacional Recebida	730.000,00	
Receitas Financeiras	10.000,00	
Recebimento de Coligadas	10.000,00	
Vendas Investimentos	10.000,00	
Novos Investimentos	50.000,00	
Aumento de Capital em \$	<u>40.000,00</u>	<u>850.000,00</u>
<u>Saídas</u>		
Compras Pagas	(660.000,00)	
Despesas de Vendas Pagas	(30.000,00)	
Despesas Administrativas	(50.000,00)	
Despesas Financeiras	(30.000,00)	
Impostos Pagos	(60.000,00)	
Dividendos Pagos	<u>(50.000,00)</u>	<u>(880.000,00)</u>
Saldo final em 31-12-99		10.000,00

**Figura 3 Demonstração do Fluxo de Caixa – Casa das Lingeries Ltda. Exercício 1999**

Fonte: Marion (2002, p. 67)

De acordo com Marion (2002, p. 64), “essa demonstração será de *forma direta* (a partir da movimentação do caixa e equivalentes de caixa) ou de *forma indireta* (com base no Lucro/Prejuízo do Exercício)”.

Neves (1998) esboça a Demonstração do Fluxo de Caixa Método Direto como um esquema básico do controle das disponibilidades, na entrada e na saída de recursos financeiros. Já a Demonstração do Fluxo de Caixa Método Indireto, Neves (1998) comenta que esta demonstração constitui o Ativo Circulante e o Passivo Circulante nas origens e nas aplicações de recursos.

Assim, uma das finalidades da administração do fluxo de caixa é obter capital suficiente para sanar seus compromissos e gerir seus recursos. Com isto, promovendo menor necessidade de financiamento dos investimentos em giro e reduzindo seus gastos financeiros de forma a obter resultados positivos, proporcionando, portanto, a continuidade das atividades da empresa.

#### **2.5.4 Administração de valores a receber e valores a pagar**

A administração de valores a receber constitui as operações de créditos decorrentes de vendas ou serviços prestados a prazo. Essas operações de créditos são concluídas com os recebimentos pelos clientes.

Assaf Neto e Silva (2002) definem que o resultado de uma operação de crédito provém do compromisso assumido pelo cliente em efetuar o pagamento de sua compra, este compromisso pode ser quitado por meio de nota promissória, duplicatas a receber, cheque pré-datado, comprovante de venda de cartão de crédito etc.

A venda a prazo é uma forma de aumentar o volume de vendas em relação à venda a vista, pois nem sempre o cliente dispõe de recursos para efetuar o pagamento no ato da compra. Em função dessa indisponibilidade de recursos a empresa concede crédito a prazo, além disso, a empresa incentiva os clientes a fazer compras de forma mais regular, diminuindo a quantidade de vendas somente em determinado período.

A administração de contas a pagar refere-se aos compromissos que a empresa tem com relação a terceiros, essas contas devem ser controladas para que não ultrapassem a disponibilidade de recursos que a empresa dispõe para sanar suas dívidas, pois se isto ocorrer à empresa poderá depender de capital de terceiros para cumprir com seus compromissos.

O prazo é um aspecto relevante referente à administração de valores a pagar. Quando o fornecedor concede prazo para pagamento, a empresa concedida está, de forma indireta, obtendo o financiamento do seu capital de giro, pois os fornecedores são considerados uma das fontes de terceiros para a empresa.

Com isso faz-se necessário que se tenha um controle tanto dos valores a receber quanto dos valores a pagar, para que seja alcançado um equilíbrio financeiro, influenciando na política de fluxo de caixa da empresa.

#### **2.5.5 Administração financeira de estoques**

A administração financeira de estoque está relacionada com o controle do nível adequado do estoque que a empresa deve manter para evitar, por exemplo, a falta de mercadoria e conseqüentemente a diminuição no fluxo de venda.

Investimento em estoques é um dos fatores mais importantes para a adequada gestão financeira de uma empresa. Esta relevância pode ser conseqüência tanto da participação deste ativo no total de investimento, quanto da importância de gerir o ciclo operacional ou por ambos os motivos. São poucos os setores da economia que não apresentam como aspecto fundamental a administração financeira dos estoques (ASSAF NETO e SILVA, 2002, p. 159).

O estoque é um dos elementos que compõe o ativo circulante e conseqüentemente influenciando no capital de giro, por possuir a capacidade de conversão em moeda corrente por meio das vendas e tendo por base a manutenção de determinado nível de rentabilidade e liquidez.

A quantidade de mercadoria que deve ser estocada depende do comportamento e volume previstos da atividade e pelo nível de investimentos orçados. A quantidade de estoque deve seguir a projeção das necessidades, isto é, se demanda de certo produto for elevada é esperado que o volume estocado seja alto.

Quantidades exageradas de estoque devem ser evitadas, pois acarretam lentidão no giro dos ativos, reduzindo a rentabilidade da empresa, mas é interessante manter um estoque maior que suas necessidades, a fim de evitar imprevistos.

Resta a cada empresa manter um nível ideal de estoque, pois na ausência de mercadoria não ocorrerá a venda e conseqüentemente receita não realizada, comprometendo assim o capital de giro da empresa.

### 3 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO

Ao ser realizado o estudo para analisar os aspectos determinantes para a formação do capital de giro da empresa objeto de estudo, o analista deve basear-se nas informações contidas nas demonstrações contábeis dos períodos em questão. É importante ressaltar que o analista deve levar em consideração não somente os resultados obtidos através dos cálculos mais também compreendê-los e deles extrair informações para a tomada de decisão.

O estudo de caso a ser desenvolvido terá como base de comparação os anos de 2005 e 2006 através da análise de índices financeiros apresentados anteriormente na fundamentação teórica.

#### 3.1 BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA OBJETO DE ESTUDO

A empresa Alfa possui sede e foro na cidade de Florianópolis, foi constituída como sociedade limitada e iniciou suas atividades em 01 de julho de 1998, recentemente inaugurou uma filial na parte continental de Florianópolis. Em relação ao quadro administrativo, a empresa é composta por dois sócios, oito funcionários e dois estagiários.

A empresa tem como objeto social o comércio atacadista de gêneros alimentícios, de material de expediente, artigos de papelaria, escritório, informática, esporte, sinalização e segurança, equipamentos de combate a incêndio, tintas, máquinas industriais e agrícolas, eletrodomésticos, utensílios para cozinha, produtos derivados de cimento, equipamentos de precisão, materiais de construção, equipamentos para laboratórios odontológicos, médicos, hospitalares e de informática.

A empresa também comercializa material de higiene e limpeza, materiais elétricos, roupas, artigos de cama, mesa e banho, uniformes em geral, pneus, móveis em geral, peças e acessórios para veículos, o comércio de lanchas, embarcações, veículos e confecções em geral, comércio de madeiras em geral, brinquedos pedagógicos e recreativos, material de carpintaria, marcenaria, pinturas, ferragens, funilaria e pintura em geral, artigos para relojoarias, vidraçarias e de couros, parques infantis, artigos para vestuário em geral, produtos agropecuários, hospitalares e cosméticos, assistência e serviços técnicos correlatos aos materiais que representa.

A maior parte de seus clientes se restringem a empresas públicas, ou seja, órgãos do governo como secretarias, departamentos e também empresas do ramo privado, sendo que raramente comercializados produtos com pessoas físicas.

A empresa participa constantemente de licitações na procura de novos clientes, na maioria órgãos públicos. Em função dessas licitações a empresa tenta manter seus índices de liquidez e endividamento em patamares adequados e também administrar de forma coerente seu capital de giro.

### 3.2 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

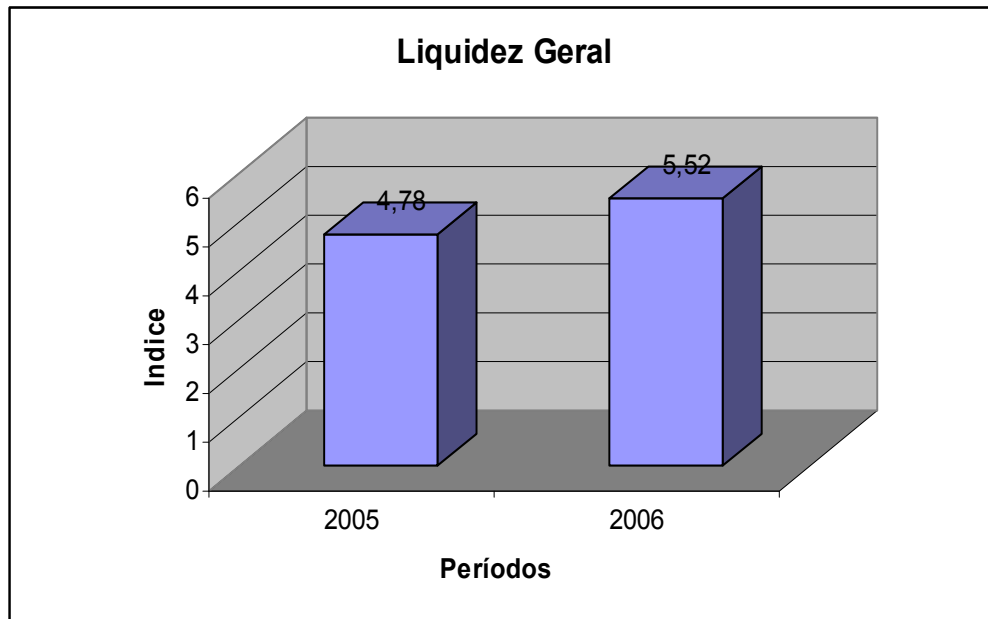
A análise dos índices econômico-financeiros são de suma importância em relação aos aspectos determinantes na formação do capital de giro da empresa objeto de estudo. Através desses índices são extraídas informações relevantes e delas obter conclusões inerentes aos objetivos da pesquisa.

#### **3.2.1 Análise de liquidez**

Através do estudo dos índices de liquidez será possível verificar a capacidade de pagamento da empresa perante aos seus credores nos períodos analisados.

##### 3.2.1.1 Liquidez geral

Através das demonstrações contábeis 2005/2006 fornecidas pela a empresa Alfa, o índice de liquidez geral nos períodos foram os seguintes de acordo com o Gráfico 1:



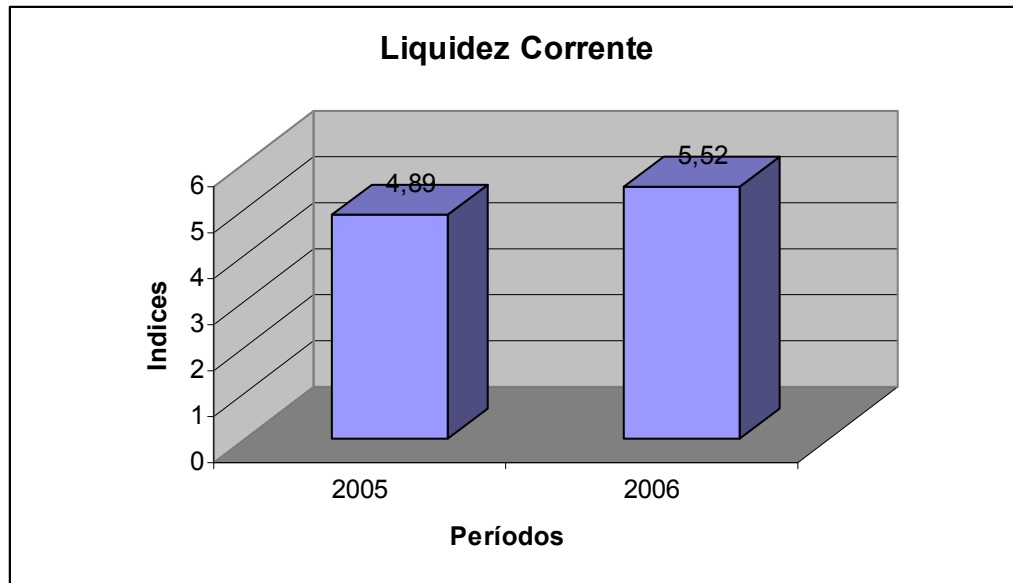
**Gráfico 1 – Liquidez Geral da empresa objeto de estudo**

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Em 2005 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto/longo prazo para R\$ 4,78 de bens e direitos de curto/longo prazo, já em 2006 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto/longo prazo para R\$ 5,52 de bens e direitos de curto/longo prazo. Fazendo o estudo sobre o índice de liquidez geral pode-se notar um aumento na liquidez de 15,48% de 2006 em comparação a 2005, ou seja, a empresa obteve um crescimento na capacidade de liquidar seus pagamentos de curto/longo prazo.

### 3.2.1.2 Liquidez Corrente

De acordo com o Gráfico 2 baseado nos balanços patrimoniais de 2005 e 2006 a empresa apresentava os seguintes índices de liquidez correntes:



**Gráfico 2 – Liquidez Corrente da empresa objeto de estudo**

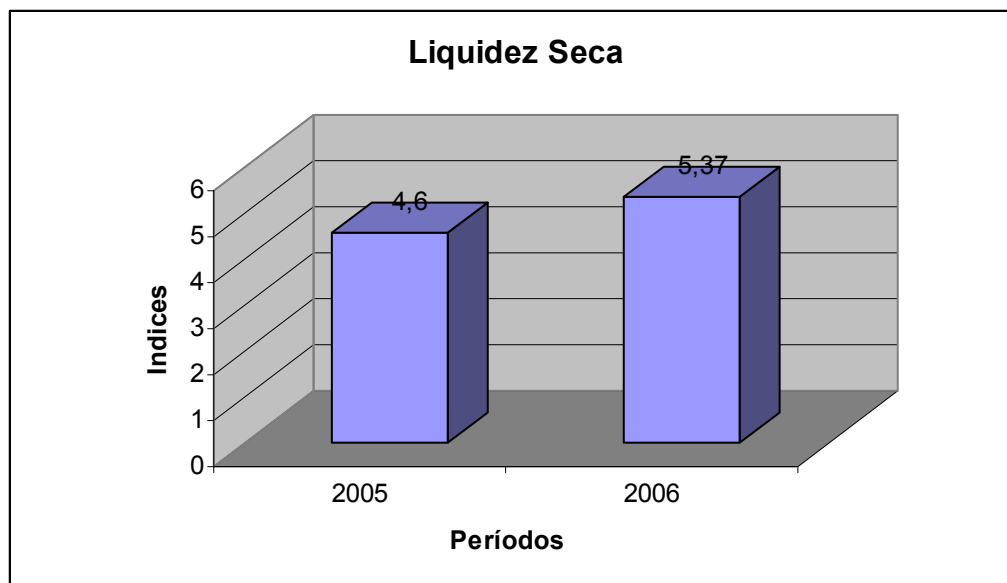
Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Em 2005 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo para R\$ 4,89 de bens e direitos de curto prazo, já em 2006 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo para R\$ 5,52 de bens e direitos de curto prazo. Comparando os índices de liquidez corrente pode-se notar um aumento na liquidez de 12,88% de 2006 em relação a 2005. Esse índice é importante para a empresa Alfa, pois ela praticamente comercializa seus produtos no curto prazo, sendo uma importante informação para a tomada de decisão.

### 3.2.1.3 Liquidez Seca

Através das demonstrações contábeis fornecidas pela a empresa o índice de liquidez seca nos períodos foram os seguintes (Vide Gráfico 3):





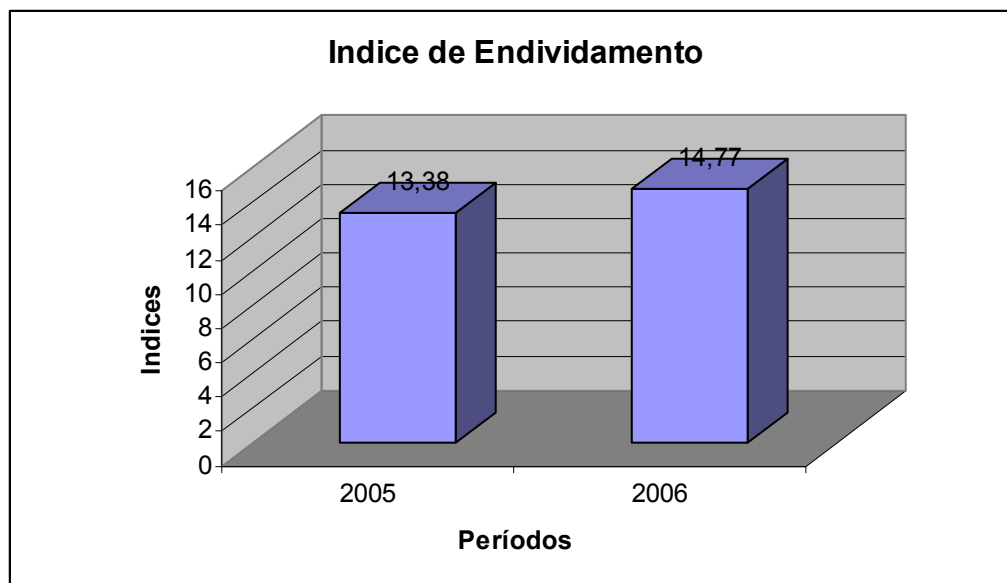
**Gráfico 3 – Liquidez Seca da empresa objeto de estudo**

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Em 2005 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo para R\$ 4,60 de bens e direitos em curto prazo, já em 2006 a empresa apresentava R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo para R\$ 5,37 de bens e direitos de curto prazo. Comparando os índices de liquidez seca pode-se notar um aumento na liquidez de 16,74% de 2006 em relação a 2005, é interessante ressaltar que a LS possui aproximadamente o mesmo valor da LC, ou seja, a empresa não depende de seu estoque para liquidar seus pagamentos no curto prazo.

### 3.2.2 Análise de endividamento

Com base no estudo do índice de endividamento será possível verificar o grau de dependência da empresa com relação a capitais de terceiros. O índice de endividamento nos períodos foram os seguintes (Vide Gráfico 4):



**Gráfico 4 – Índice de Endividamento da empresa objeto de estudo**

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Em 2005 para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa apresentava R\$ 13,38 de capital de terceiros. Em 2006 para cada R\$ 100,00 de capital próprio a empresa apresentava R\$ 14,77 de capital de terceiros. Com base nos índices acima nota-se que em 2006 a empresa necessitou de 10,39% a mais de capital terceiros do que 2005 para o financiamento de suas atividades. Isso indica que a empresa financia suas atividades em média com 86% com capital próprio e 14% com recursos de terceiros.

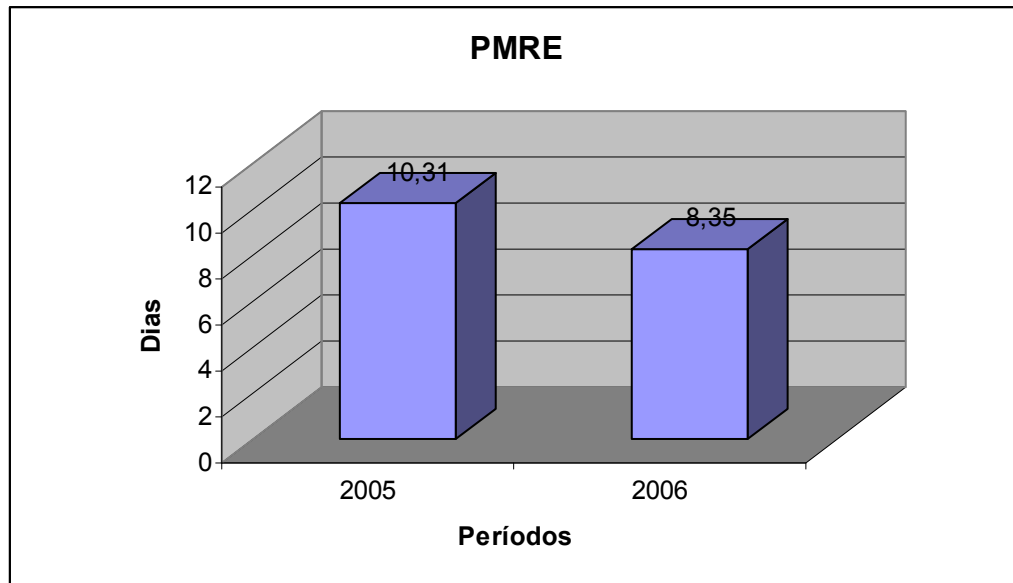
### 3.2.3 Análise dos índices de atividades

Os índices de atividades compreendem os prazos médios: de estocagem, de recebimento e o de pagamento. Esses índices são importantes no planejamento do fluxo de caixa da empresa, tendo em vista o prazo de recebimentos e pagamentos influenciam diretamente o capital de giro da empresa.

Como na maioria das vendas é por licitações, há cláusulas que dizem respeito a prazos de entrega e pagamento das mercadorias, em função disso a empresa tem um prazo para a entrega e um prazo maior referente ao recebimento.

### 3.2.3.1 Prazo médio de renovação de estoque

Com base do Gráfico 5 o prazo médio de renovação do estoque nos períodos foram os seguintes:



**Gráfico 5 – Prazo Médio de Renovação do Estoque da empresa objeto de estudo**

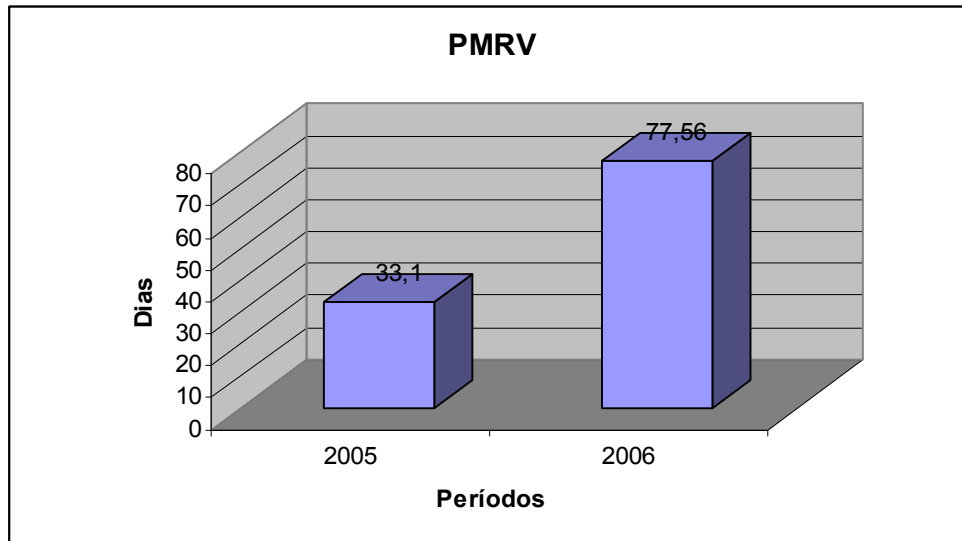
Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Analisando o período de 2005 verifica-se um PMRE de aproximadamente de 10 dias, já em 2006 a rotação média do estoque era em torno de 8 dias, isto significa um aumento na rotatividade em torno de 19,01% em relação a 2005, devendo esse aumento no crescimento das vendas no mesmo período.

De acordo com os administradores, uns dos fatores para a rotatividade do estoque são decorrentes do tipo das mercadorias vendidas pela empresa como produtos alimentícios, ou seja, produtos perecíveis, em função do prazo de validade que é muito curto. Outro fator determinante é que a maioria das vendas é feita por pedidos e por ultimo é o prazo de entrega do produto.

### 3.2.3.2 Prazo médio de recebimento de vendas

Com base nas demonstrações contábeis fornecidas pela a empresa o prazo médio de recebimento de vendas nos períodos foram os seguintes conforme o Gráfico 6:



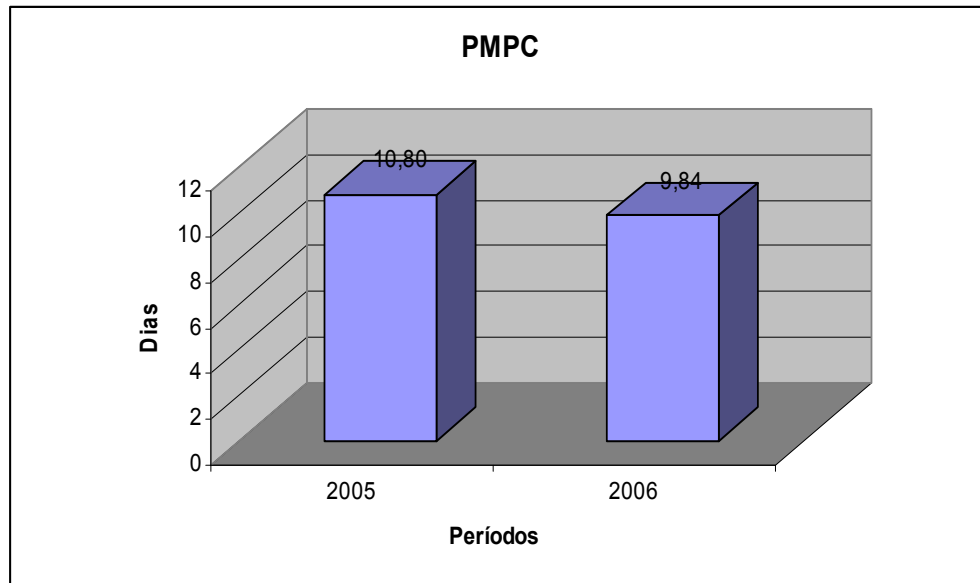
**Gráfico 6 – Prazo Médio de Recebimento de vendas da empresa objeto de estudo**

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Analisando o período de 2005 verifica-se um prazo médio de recebimento de vendas de aproximadamente de 33 dias, já em 2006 o PMRV era em torno de 77 dias, isto significa um aumento no prazo de recebimento em torno de 234,32% em relação a 2005. Apesar dos índices de LG e LC serem altos os prazos de recebimentos foram lentos demais. É importante ressaltar que a maioria de seus clientes são entes públicos, e por isso é verificada a lentidão no recebimento, tudo em função da burocracia.

### 3.2.3.3 Prazo médio de pagamento de compras

Com base nas demonstrações contábeis fornecidas pela a empresa o prazo médio de pagamento de compras nos períodos foram os seguintes (Vide Gráfico 7):



**Gráfico 7 – Prazo Médio de Pagamento de Compras da empresa objeto de estudo**

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Analisando o PMPC verifica-se que a empresa em média honrava seus compromissos em 10 dias, não muito diferente de 2006, já que o prazo médio de pagamento de compras era em torno de 9 dias.

Observando os indicadores de atividades, pode-se chegar ao ciclo operacional e o ciclo financeiro da empresa nos períodos de 2005 e 2006.

**Tabela 1 – Ciclo operacional e financeiro 2005**

Itens	Quantidade de dias
PMRE	10
PMRV	33
<b>Ciclo operacional</b>	<b>43</b>
PMPC	10
<b>Ciclo financeiro</b>	<b>33</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2007)

Com base na Tabela 1 é visível verificar que a empresa Alfa em 2005 possuía um ciclo operacional de 43 dias, sendo que 10 dias eram financiados pelos fornecedores e 33 dias necessitavam de financiamento, que correspondia ao ciclo financeiro.

**Tabela 2 – Ciclo operacional e financeiro 2006**

<b>Itens</b>	<b>Quantidade de dias</b>
PMRE	8
PMRV	77
<b>Ciclo operacional</b>	<b>85</b>
PMPC	9
<b>Ciclo financeiro</b>	<b>76</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2007)

Conforme a Tabela 2 o ciclo operacional de 2006 era de 85 dias, sendo que 76 dias necessitavam de financiamento, evidenciados com base na figura 2. Em ambos os casos o ciclo financeiro era desfavorável, ou seja, a empresa primeiramente pagava seus fornecedores antes de receber os valores referentes às vendas. Resumindo, em 2005 e 2006 a Necessidade de Capital de Giro precisou ser financiada.

### **3.2.4 Necessidade de capital de giro**

Para utilizar os conceitos mencionados, é apresentada a análise dos balanços patrimoniais da empresa Alfa nos períodos de 2005 e 2006.

**Tabela 3 – Balanço patrimonial 2005 da Empresa Alfa Ltda**

<b>ATIVO</b>	<b>957.660,61</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>957.660,61</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>539.785,53</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>110.339,55</b>
Aplicação de Curto Prazo	<b>223.050,19</b>	Fontes de Curto Prazo	-
Caixa/Bancos	124.612,40	Instituições Financeiras	-
Aplicações Financeiras	98.437,79	Dividendos a Pagar	-
<b>Aplicações Operacionais</b>	<b>316.735,34</b>	<b>Fontes Operacionais</b>	<b>110.339,55</b>
Clientes	277.348,87	Fornecedores	65.564,95
Estoques	32.625,88	Salários/Encargos	28,78
Outras Contas	6.760,59	Impostos	27.826,95
		Outras Contas	16.918,87
<b>Aplicação de Longo Prazo</b>	<b>417.875,08</b>	<b>Aplicação de Longo Prazo</b>	<b>847.321,06</b>
Real. Longo Prazo	-	Exigível de Longo Prazo	2.700,00
Permanente	417.875,08	Patrimônio Líquido	844.621,06

**Fonte:** Dados da pesquisa adaptados ao modelo de Vieira (2005)

A partir dos dados da Tabela 3 percebe-se que a empresa Alfa possui NCG positiva ( $NCG > 0$ ), indicando a existência de aplicações operacionais que precisam ser financiadas no montante de R\$ 206.395, 79. Para tanto, a empresa utiliza uma composição de recursos de longo prazo no valor de R\$ 429.445, 98 complementados pelos recursos de curto prazo de R\$ 223.050,19.

**Tabela 4 – Balanço patrimonial 2006 da Empresa Alfa Ltda**

<b>ATIVO</b>	<b>1.544.771,95</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>1.544.771,95</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.096.747,28</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>198.754,35</b>
Aplicação de Curto Prazo	<b>223.010,37</b>	Fontes de Curto Prazo	-
Caixa/Bancos	82.270,55	Instituições Financeiras	-
Aplicações Financeiras	140.739,82	Dividendos a Pagar	-
Aplicações Operacionais	<b>873.736,91</b>	Fontes Operacionais	<b>198.754,35</b>
Clientes	837.313,45	Fornecedores	73.781,88
Estoques	29.902,65	Salários/Encargos	9.399,74
Outras Contas	6.520,81	Impostos	57.922,62
		Outras Contas	57.650,11
Aplicação de Longo Prazo	<b>448.024,67</b>	Aplicação de Longo Prazo	<b>1.346.017,60</b>
Real. Longo Prazo	-	Exigível de Longo Prazo	-
Permanente	448.024,67	Patrimônio Líquido	1.346.017,60

**Fonte:** Dados da pesquisa adaptados ao modelo de Vieira (2005)

De acordo com a Tabela 4 a empresa Alfa possui NCG positiva ( $NCG > 0$ ), indicando a existência de aplicações operacionais que precisam ser financiadas no montante de R\$ 674.982,56. Para tanto, a empresa utiliza uma composição de recursos de longo prazo no valor de R\$ 897.992,93 complementados pelos recursos de curto prazo de R\$ 223.010,37.

A necessidade de capital de giro apareceu tanto em 2005 como em 2006, isso ocorreu porque no ciclo financeiro as saídas operacionais ocorreram antes das entradas de caixa (ciclo financeiro positivo). Isto é comprovado através de cálculos no item 3.2.3 na qual são calculados os prazos médios de pagamento e recebimento.

### **3.2.5 Demonstração do fluxo de caixa**

Através das demonstrações contábeis da empresa Alfa foi possível estruturar o fluxo de caixa dos períodos de 2005 e 2006, e por meio deles demonstrar se a empresa foi auto-suficiente no financiamento de seu giro e verificar também a capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações.



Para a elaboração da DFC 2006 da empresa Alfa será necessário o uso do BP de 2005/2006 e a DRE 2006 para sua estruturação

**Tabela 5 – DFC 2006 Empresa ALFA Ltda**

	Valores em R\$
Saldo Inicial em 31-12-2005	223.050,19
<b>Entradas</b>	
Receita Operacional Recebida	3.018.753,26
Receitas Financeiras	21.934,53
Recebimento de Coligadas	0,00
Vendas de Imobilizados	18.600,00
Novos Investimentos	0,00
Aumento de Capital em \$	<u>0,00</u>
	<u>3.059.287,79</u>
<b>Saídas</b>	
Compras Pagas	2.691.230,07
Despesas de Vendas Pagas	0,00
Despesas Administrativas	227.595,52
Despesas Financeiras	7.441,28
Impostos Pagos	93.215,40
Empréstimos de Sócios	1.700,00
Outras Contas Pagas	8.145,34
Dividendos Pagos	<u>30.000,00</u>
	<u>3.059.327,61</u>
Saldo final em 31-12-2006	223.010,37

**Fonte:** Dados da pesquisa adaptado ao modelo de Marion,( 2002)

Conforme a Tabela 5 observa-se que em 2006 a variação do fluxo de caixa foi negativa (entradas < saídas) no montante de R\$ 39,82, praticamente conseguiu pagar suas dividas. As entradas foram oriundas da venda de imobilizado no valor de R\$ 18.600,00, R\$ 21.934,53 de receitas financeiras e o restante R\$ 3.018.753,26 das vendas de mercadorias. Em contra partida a maior parte dos desembolsos foram destinados a pagamento de dividas com fornecedores, cerca de 88% do total das saídas. As despesas administrativas, excluindo as depreciações e amortizações, totalizaram 7,4 % dos desembolsos da empresa. É importante ressaltar que a empresa não dispusesse saldo inicial no final de 2005 e dependesse somente das vendas de mercadorias, no período de 2006 precisaria de recursos para saldar suas dividas e manter sua operacionalidade.

### 3.2.6 Fatores determinantes na formação do capital de giro da empresa objeto de estudo

Em relação aos fatores determinantes do capital de giro da empresa objeto de estudo podem ser citados: prazos de pagamento e recebimento, rotatividade do estoque (englobados no ciclo operacional), tipos de clientes e o fluxo de caixa.

A empresa atua no ramo comercial atacadista de Florianópolis desde 1998 e seus principais clientes são órgãos pertencentes ao Estado de Santa Catarina, bem como municípios catarinenses. Os clientes advêm de participações licitações, sendo necessário ter uma boa saúde financeira para entrar no processo licitatório. Em função das licitações, a empresa administra seus recursos de forma eficiente e ostensiva com o intuito de participar, cada vez mais de novas licitações e conquistar novos clientes, mantendo seus índices de liquidez em patamares elevados e seu endividamento em níveis reduzidos.

Em razão de grande parte das vendas ser por meio de pedidos, a empresa precisa dispor de disponível para comprar mercadorias junto aos seus fornecedores e, em tempo hábil, entregar os produtos aos clientes cumprindo os prazos determinados pelos contratos. Em função do curto tempo que o fornecedor tem em entregar as mercadorias até a empresa Alfa, o prazo de pagamento também é reduzido, implicando na rotatividade do estoque, pois as mercadorias são vendidas por meio de pedidos e não permanecem muito tempo estocadas.

Conforme demonstrado nos BP's, seu estoque não é muito elevado. Isto ocorre porque na maioria dos casos, primeiramente, faz-se os pedidos para depois fazer a aquisição das mercadorias, ao contrário de outras empresas, que compram para posteriormente vendê-las. Este é um fator que contribui para a alta rotatividade do estoque da empresa.

Os recebimentos das vendas, por parte do governo, são em prazos mais longos, em função da burocracia. Assim, a empresa tenta manter um nível alto de capital de giro, investindo em aplicações financeiras com o intuito de resgatá-las em momentos mais delicados e, também, manter um saldo elevado nas contas bancárias para eventuais desembolsos.

Como a empresa não recebe 100% das receitas auferidas no período, ela dispõe de recursos de longo prazo para suprir a ausência no curto prazo. Tais recursos são oriundos dos lucros acumulados pela empresa, tendo grande parcela representado pelas duplicatas a receber.

O fluxo de caixa da empresa objeto de estudo é gerenciado de forma que as saídas sejam equivalentes às entradas, ou seja, os gestores têm como princípio gastar somente aquilo

que conseguiram receber e também tentam manter um saldo elevado de disponível de um ano para o outro para eventuais despesas e pedidos de clientes.

Assim sendo, esses são os fatores que pré-determinam a formação do capital de giro da empresa Alfa e, por meio deles, seus administradores tomam as decisões necessárias para a continuidade da empresa.

## 4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 4.1 CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho buscou identificar os fatores determinantes na formação do capital de giro de uma empresa comercial atacadista da região de Florianópolis denominada na pesquisa como empresa Alfa.

A partir do estudo de caso, foram identificados como fatores condicionantes do capital de giro os seguintes: prazos de pagamento e recebimento, rotatividade do estoque (englobados no ciclo operacional), tipos de clientes e o fluxo de caixa.

A análise das demonstrações contábeis de 2005 e 2006 associadas ao questionário formulado para a coleta de dados foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos pelo trabalho, contribuindo para contextualizar a empresa, inferir sobre os fatores e as influências das informações acerca do capital de giro.

Os clientes da empresa advêm de participações de licitações. Em função das licitações, a empresa administra seus recursos de forma eficiente e ostensiva com o intuito de participar, cada vez mais de novas licitações e conquistar novos clientes. Como grande parte das vendas é feita por meio de pedidos, a empresa precisa dispor de disponível para comprar mercadorias junto aos seus fornecedores e, em tempo hábil, entregar os produtos aos clientes cumprindo os prazos determinados pelos contratos.

Os prazos de pagamentos são reduzidos, implicando na rotatividade do estoque, pois as mercadorias são vendidas por meio de pedidos e não ficam muito tempo estocadas. Já os recebimentos das vendas são em prazos mais longos, em função da burocracia. Assim, a empresa tenta manter um nível alto de capital de giro, investindo em aplicações financeiras com o intuito de resgatá-las em momentos mais delicados.

Como a empresa não recebe no período o total das receitas auferidas, ela dispõe de recursos de longo prazo para suprir a ausência no curto prazo. Tais recursos são oriundos dos lucros acumulados pela empresa, tendo grande parcela representado pelas duplicatas a receber.

O fluxo de caixa da empresa objeto de estudo é gerenciado de forma que as saídas sejam equivalentes às entradas, ou seja, os gestores têm como princípio gastar somente aquilo

que conseguiram receber e também tentam manter um saldo elevado de disponível de um ano para o outro para eventuais despesas e pedidos de clientes.

#### 4.2 RECOMENDAÇÕES

O tema da presente pesquisa poderá despertar o interesse de outros acadêmicos, considerando que a mesma não conseguiu abordar a sua totalidade. Para futuros trabalhos recomendam-se:

- comparar os fatores determinantes do capital de giro de empresas atacadistas com diferentes portes empresariais;
- comparar os fatores determinantes do capital de giro de empresas de ramos diferentes;
- analisar as facilidades e dificuldades das empresas em gerir os fatores determinantes da formação do capital de giro.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F.Alves, 1977.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MATARAZZO, Dante C. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto T. *Administração do capital de giro*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. *Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras*. 7.ed.Frase, São Paulo, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, Marcos Villela. *Administração estratégica do capital de giro*. São Paulo: Atlas, 2005.

**ANEXOS**



## Anexo A

<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>		
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
<b>PERIODO: 01/01/05 a 31/12/05</b>		
<b>ATIVO</b>		<b>957.660,61</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>539.785,53</b>
<b>DISPONIVEL</b>		<b>223.050,19</b>
<b>CAIXA</b>		<b>1.556,68</b>
Caixa Geral		1.556,68
<b>BANCO CONTA MOVIMENTO</b>		<b>123.055,72</b>
Bancos		123.055,72
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		<b>98.437,79</b>
Bancos		98.437,79
<b>CREDITOS</b>		<b>280.680,94</b>
<b>DUPLICATAS A RECEBER</b>		<b>277.348,87</b>
Clientes		277.348,87
<b>ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES</b>		<b>2.601,20</b>
Adiantamento a Fornecedores		2.601,20
<b>IMPOSTOS A RECUPERAR</b>		<b>730,87</b>
IRRF a Recuperar		730,87
ICMS a Recuperar		-
Impostos Retidos a Recuperar		-
FGTS a Recuperar		-
<b>ESTOQUES</b>		<b>32.625,88</b>
<b>ESTOQUES DE MATERIAIS</b>		<b>32.625,88</b>
Mercadorias para Revenda		32.625,88
<b>CAUÇÕES</b>		<b>1.005,72</b>
<b>CAUÇÕES</b>		<b>1.005,72</b>
Cauções		1.005,72

<b>DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE</b>	<b>2.422,80</b>
<b>DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE</b>	<b>2.422,80</b>
Seguros a Apropriar	2.422,80
<b>PERMANENTE</b>	<b>417.875,08</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>477.152,50</b>
Terrenos	102.500,00
Móveis e Utensílios Administrativos	1.300,00
Equipamentos de Informática	780,00
Veículos Comerciais	122.572,50
Imóveis	250.000,00
<b>(-) DEPRECIACÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b>	<b>59.277,42</b>
Móveis e Utensílios Administrativos	454,86
Equipamentos de Informática	780,00
Veículos Comerciais	58.042,56
<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>	
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>PERIODO: 01/01/05 a 31/12/05</b>	
<b>PASSIVO</b>	<b>957.660,61</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>110.339,55</b>
<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>110.339,55</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>-</b>
Férias a Pagar	-
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>28,78</b>
Contribuição Sindical a Recolher	28,78
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>27.826,95</b>
ICMS a Recolher	6.593,03
IRRF a Recolher	-
Cofins a Recolher	4.656,66
IRPJ a Recolher	7.700,79
Contribuição Social a Recolher	7.867,47
Pis a Recolher	1.009,00
<b>FORNECEDORES</b>	<b>65.564,95</b>
Fornecedores	65.564,95
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>-</b>

Empréstimos de Sócios	-
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>8.879,84</b>
Consórcios a Pagar	245,58
Cheques a Compensar	8.634,26
<b>PROVISÕES</b>	<b>8.039,03</b>
Provisão FGTS Férias	497,68
Provisão INSS Férias	1.686,26
Provisão de Férias	5.855,09
<b>PASSIVO EXIGIVEL DE LONGO PRAZO</b>	<b>2.700,00</b>
<b>OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO</b>	<b>2.700,00</b>
<b>EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>2.700,00</b>
Empréstimo de Sócios	2.700,00
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>844.621,06</b>
<b>CAPITAL REALIZADO</b>	<b>150.000,00</b>
<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>150.000,00</b>
Capital Social	150.000,00
<b>RESERVAS</b>	<b>694.621,06</b>
<b>LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS</b>	<b>694.621,06</b>
Lucros Acumulados	694.621,06

## Anexo B

<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>		
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>		
<b>PERIODO: 01/01/06 a 31/12/06</b>		
<b>ATIVO</b>		<b>1.544.771,95</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.096.747,28</b>
<b>DISPONIVEL</b>		<b>223.010,37</b>
<b>CAIXA</b>		<b>153,86</b>
Caixa Geral		153,86
<b>BANCO CONTA MOVIMENTO</b>		<b>82.116,69</b>
Bancos		82.116,69
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>		<b>140.739,82</b>
Bancos		140.739,82
<b>CREDITOS</b>		<b>843.834,26</b>
<b>DUPLICATAS A RECEBER</b>		<b>837.313,45</b>
Clientes		837.313,45
<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>		<b>1.813,19</b>
Adiantamento de Férias		63,19
Adiantamento de Salários		1.750,00
<b>IMPOSTOS A RECUPERAR</b>		<b>4.707,62</b>
IRRF a Recuperar		1.739,41
ICMS a Recuperar		678,98
Impostos Retidos a Recuperar		2.157,86
FGTS a Recuperar		131,37
<b>ESTOQUES</b>		<b>29.902,65</b>
<b>ESTOQUES DE MATERIAIS</b>		<b>29.902,65</b>
Mercadorias para Revenda		29.902,65
<b>PERMANENTE</b>		<b>448.024,67</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>509.086,28</b>
Terrenos		102.500,00

Móveis e Utensílios Administrativos	2.314,38
Equipamentos de Informática	4.640,00
Veículos Comerciais	135.563,15
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	14.068,75
Imóveis	250.000,00
<b>(-) DEPRECIÇÃO OU AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b>	<b>61.061,61</b>
Móveis e Utensílios Administrativos	643,53
Equipamentos de Informática	1.207,08
Veículos Comerciais	58.499,34
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	711,66
<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>	
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>PERIODO: 01/01/06 a 31/12/06</b>	
<b>PASSIVO</b>	<b>1.544.771,95</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>198.754,35</b>
<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>198.754,35</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>9.399,74</b>
Férias a Pagar	9.399,74
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>-</b>
Obrigações Sociais	-
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>57.922,62</b>
ICMS a Recolher	17.705,18
IRRF a Recolher	11,25
Cofins a Recolher	7.880,13
IRPJ a Recolher	17.886,72
Contribuição Social a Recolher	12.731,98
Pis a Recolher	1.707,36
<b>FORNECEDORES</b>	<b>73.781,88</b>
Fornecedores	73.781,88
<b>EMPRESTIMOS</b>	<b>1.000,00</b>
Empréstimos de Sócios	1.000,00
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>45.152,00</b>
Serviços de Terceiros a Pagar	1.858,68
Cheques a Compensar	43.293,32
<b>PROVISÕES</b>	<b>11.498,11</b>

Provisão FGTS Férias	1.249,63
Provisão INSS Férias	4.393,39
Provisão de Férias	5.855,09
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>1.346.017,60</b>
<b>CAPITAL REALIZADO</b>	<b>150.000,00</b>
<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>150.000,00</b>
Capital Social	150.000,00
<b>RESERVAS</b>	<b>1.196.017,60</b>
<b>LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS</b>	<b>1.196.017,60</b>
Lucros Acumulados	1.196.017,60

## Anexo C

<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>	
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	
<b>PERÍODO: 01/01/05 a 31/12/05</b>	
<b>RECEITA</b>	<b>2.762.468,15</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>2.762.468,15</b>
<b>RECEITAS BRUTAS COM VENDAS</b>	<b>3.016.650,62</b>
<b>RECEITAS COM VENDAS NO PAÍS</b>	<b>3.016.650,62</b>
Receitas com Vendas de Mercadorias	3.016.650,62
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS</b>	<b>277.682,51</b>
<b>DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS</b>	<b>4.793,05</b>
Devoluções de Vendas	4.793,05
Abatimentos Concedidos	-
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE VENDAS</b>	<b>272.889,46</b>
ICMS sobre Vendas	202.141,10
Pis sobre Vendas	12.599,02
Cofins sobre Vendas	58.149,34
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>23.500,04</b>
<b>GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>19.800,92</b>
Rendimentos sobre Aplicações	19.800,92
<b>JUROS E DESCONTOS OBTIDOS</b>	<b>3.699,12</b>
Descontos Obtidos	3.699,12
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>2.520.053,49</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>2.520.053,49</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>2.183.161,40</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>2.183.161,40</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	2.183.161,40
<b>DESPESAS</b>	<b>336.892,09</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS</b>	<b>227.615,55</b>

<b>DESPESAS TRABALHISTAS</b>	<b>78.239,60</b>
Pró-Labore	15.200,00
Salários	44.276,31
Horas Extras	3.333,03
Gratificações	600,00
Férias	6.194,15
Contribuição Sindical	415,62
13º Salário	3.717,75
Assistência Medica/Social	44,00
Seguro de Vida	45,00
Vale Transporte	3.213,74
Estágios	1.200,00
<b>ENCARGOS</b>	<b>24.876,97</b>
INSS	19.910,10
FGTS	4.966,87
<b>DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>124.498,98</b>
Aluguel	14.692,59
Energia Elétrica/Água e Esgoto	3.231,12
Materiais de Escritório	172,23
Materiais de Limpeza	178,35
Seguros	3.546,71
Viagens	1.727,50
Manutenção e Conservação	41,66
Depreciação e Amortizações	22.430,06
Sindicato Patronal/Associação de Classe	132,00
Combustíveis e Lubrificantes	29.930,12
Serviços de Terceiros - PJ	12.054,00
Dispêndio com Alimentação	7.683,85
Telefone	14.045,69
Jornais, Revistas e Periódicos.	468,80
Despesas Copa Cozinha	342,38
Diversas	1.155,38
Manutenção de Informática	280,00
Despesas com Fretes	562,97
Despesas com Cartório	1.762,52
Bens de Pequeno Valor	1.347,54
Despesas com Xérox	494,98
Manutenção de Veículos	6.005,56
Material de Uso e Consumo	2.208,47
Deslocamentos	4,50
<b>DESPESAS OPERACIONAIS-FINANCEIRAS</b>	<b>3.149,08</b>
<b>DESPESAS COM ATUALIZAÇÕES</b>	<b>1.049,87</b>
Variação Monetária Passiva	
Tarifas Bancárias	1.049,87
<b>JUROS E DESCONTOS</b>	<b>2.099,21</b>



Juros Passivos	1.793,10
Descontos Concedidos	306,11
<b>DESPESAS OPERACIONAIS-TRIBUTÁRIAS</b>	<b>96.381,87</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.</b>	<b>96.219,97</b>
IPTU	4.278,91
IPVA/DPVAT E Licenciamento	863,89
CPMF	12.068,84
IR s/ Faturamento	42.857,62
CS s/ Faturamento	34.246,86
Impostos e Taxas Diversas	1.903,85
<b>MULTAS</b>	<b>161,90</b>
Multas Fiscais Punitivas	161,90
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>9.745,59</b>
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>9.745,59</b>
Devedores Duvidosos	9.745,59
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCICIO</b>	<b>242.414,66</b>

## Anexo D

<b>EMPRESA ALFA LTDA</b>	
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	
<b>PERÍODO: 01/01/06 a 31/12/06</b>	
<b>RECEITA</b>	<b>3.603.202,37</b>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.600.652,37</b>
<b>RECEITAS BRUTAS COM VENDAS</b>	<b>3.886.197,32</b>
<b>RECEITAS COM VENDAS NO PAÍS</b>	<b>3.886.197,32</b>
Receitas com Vendas de Mercadorias	3.886.197,32
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS</b>	<b>307.479,48</b>
<b>DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS</b>	<b>487,34</b>
Devoluções de Vendas	18,40
Abatimentos Concedidos	468,94
<b>TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE VENDAS</b>	<b>306.992,14</b>
ICMS sobre Vendas	233.330,30
Pis sobre Vendas	13.117,89
Cofins sobre Vendas	60.543,95
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>21.934,53</b>
<b>GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>8.055,89</b>
Rendimentos sobre Aplicações	8.055,89
<b>JUROS E DESCONTOS OBTIDOS</b>	<b>13.878,64</b>
Descontos Obtidos	13.878,64
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>2.550,00</b>
<b>ALIENAÇÃO DE BENS PERMANENTES</b>	<b>18.600,00</b>
<b>ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO</b>	<b>18.600,00</b>
Alienação de Veículos	18.600,00
<b>DEDUÇÕES DAS ALIENAÇÕES DE IMOBILIZADO</b>	<b>16.050,00</b>
<b>CUSTOS DA ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO</b>	<b>16.050,00</b>
Custo da Alienação de Veículos	16.050,00

<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>3.070.805,83</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>3.070.805,83</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>2.696.723,77</b>
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS</b>	<b>2.696.723,77</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	2.696.723,77
<b>DESPESAS</b>	<b>374.082,06</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS - ADMINISTRATIVAS</b>	<b>243.329,71</b>
<b>DESPESAS TRABALHISTAS</b>	<b>90.804,74</b>
Pró-Labore	15.600,00
Salários	50.873,56
Férias	14.204,87
13º Salário	3.681,74
Vale Transporte	2.985,49
Despesa Provisão FGTS Férias	751,95
Despesa Provisão INSS Férias	2.707,13
<b>ENCARGOS</b>	<b>21.892,06</b>
INSS	16.665,32
FGTS	5.226,74
<b>DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>130.632,91</b>
Aluguel	15.400,00
Água e Esgoto	964,14
Energia Elétrica	3.176,00
Materiais de Escritório	273,00
Correios e Malotes	48,30
Materiais de Limpeza	1,99
Seguros	6.716,33
Viagens	9.520,01
Manutenção e Conservação	1.428,04
Depreciação e Amortizações	15.734,19
Sindicato Patronal/Associação de Classe	1.659,59
Feiras/Congressos/Simpósios/Cursos	180,00
Combustíveis e Lubrificantes	22.923,91
Serviços de Terceiros - PJ	4.493,00
Dispêndio com Alimentação	9.045,58
Telefone	13.476,49
Jornais, Revistas e Periódicos.	793,80
Estadas	2.917,00
Diversas	34,40
Materiais de Construção	71,03
Propaganda e Publicidade	21,60
Manutenção de Informática	205,00
Despesas com Fretes	1.292,70
Despesas com Cartório	1.684,10

Despesas com Gás	214,00
Despesas com Custas Judiciais	436,12
Despesas com Xérox	554,31
Manutenção de Veículos	4.120,18
Material de Uso e Consumo	1.655,48
Honorários Contábeis	8.850,00
Despesas com Licitações	795,00
Doações	10,00
Despesas com Internet	247,80
Despesas com Livros Fiscais	112,50
Consórcios	1.515,32
Despesas com Estacionamento	62,00
<b>DESPESAS OPERACIONAIS-FINANCEIRAS</b>	<b>7.441,28</b>
<b>DESPESAS COM ATUALIZAÇÕES</b>	<b>1.730,65</b>
Variação Monetária Passiva	758,00
Tarifas Bancárias	972,65
<b>JUROS E DESCONTOS</b>	<b>5.710,63</b>
Juros Passivos	768,97
Descontos Concedidos	4.941,66
<b>DESPESAS OPERACIONAIS-TRIBUTÁRIAS</b>	<b>123.311,07</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.</b>	<b>122.683,66</b>
IOF	39,26
IPTU	4.772,29
IPVA/DPVAT E Licenciamento	1.067,90
IRF (Inclusivo na Fonte)	230,41
CPMF	12.536,28
IR s/ Faturamento	54.731,86
CS s/ Faturamento	41.970,52
Impostos e Taxas Diversas	2.135,14
ITBI	5.200,00
<b>MULTAS</b>	<b>627,41</b>
Multas Fiscais Punitivas	474,18
Multas de Transito	153,23
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>532.396,54</b>

## APÊNDICES

## **Apêndice A**

### **Prezado (a) Senhor (a)**

O presente instrumento de pesquisa faz parte do estudo de caso que está sendo desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina pelo graduando do curso de Ciências Contábeis Kleber Santos Silva, em sua monografia, que trata dos “Aspectos determinantes na formação do capital de giro: um estudo de caso em uma empresa do ramo comercial da região de Florianópolis”.

O referido trabalho está sendo orientado pelo prof.º Dr. Luiz Alberton, professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse sentido, estamos enviando em anexo um questionário a ser respondido pelo Senhor (a). Solicitamos a gentileza de um breve retorno do mesmo, a fim de viabilizar a divulgação dos resultados do estudo.

É fundamental importância a sua participação na pesquisa, haja vista a necessidade de se conhecer mais sobre os aspectos determinantes na formação do capital de giro no referido estudo. Desde já agradecemos a Vossa colaboração e participação neste estudo.

Leia com atenção as instruções abaixo:

- Marque as alternativas que condizem com a realidade da empresa;
- Caso você tenha dificuldades em responder alguma questão, favor deixá-la em branco;
- Se você tiver algumas sugestões, por favor, faça-as;

## **QUESTIONÁRIO:**

### **1 – Há algum controle de caixa na empresa?**

- a) ( ) O caixa da empresa é administrado adequadamente de maneira que o valor disponível num determinado período de tempo seja necessário para o pagamento dos compromissos com data prevista.
- b) ( ) Ocasionalmente, há indisponibilidades de caixa, devido à má administração do mesmo.
- c) ( ) É realizada regularmente uma averiguação da disponibilidade de caixa, com a finalidade de que todos os compromissos sejam liquidados na data prevista.
- d) ( ) O caixa da empresa destina-se normalmente a pagamentos de despesas como pagamentos a fornecedores, salários, material de expediente, comissões, etc.

### **2 – Quando há a possibilidade de insuficiência de disponibilidades quais os recursos utilizados pela empresa?**

- a) ( ) A empresa possui aplicações financeiras para eventuais necessidades de recursos.
- b) ( ) A empresa recorre a empréstimos junto a terceiros.
- c) ( ) A empresa recorre a empréstimos junto aos sócios.
- d) ( ) Até momento a empresa não passou por tal situação.

### **3 – As compras de materiais utilizados pela empresa são controladas? Há uma previsão da quantidade necessária de materiais?**

- a) ( ) Há uma previsão da quantidade necessária de materiais para suprir a falta de estoques.
- b) ( ) As compras extraordinárias são autorizadas por pessoa competente.
- c) ( ) É realizada uma análise prévia para certificar de que todo o material a ser comprado está de acordo com o solicitado.
- d) ( ) Não existe um controle de compras realizadas pelo setor competente.

### **4 – Com relação às obrigações sociais: o seu recolhimento é realizado no prazo previsto? O valor das obrigações sociais é considerado elevado com relação ao número de funcionários?**

- a) ( ) Ocasionalmente, a empresa tem dificuldades para efetuar o recolhimento das obrigações sociais.
- b) ( ) As obrigações sociais são recolhidas no prazo previsto.
- c) ( ) O valor de investimento de capital de giro é considerado elevado, com relação ao número de funcionários existentes na empresa.
- d) ( ) A parcela de investimento neste setor é de valor considerado alto, permitindo uma aplicação de capital para pagamento destas obrigações sociais.

**5 – Quais são os seus principais clientes?**

- a) ( ) Empresas privadas.
- b) ( ) Órgãos públicos.
- c) ( ) Pessoas Físicas.

**6 – Qual o procedimento utilizado para as duplicatas a receber, vendas e estoques?**

- a) ( ) O planejamento estratégico pode ser analisado e modificado dependendo das mudanças de mercado e também de acordo com a necessidades de cada setor.
- b) ( ) Não há um procedimento próprio para cada setor, as atividades são efetuadas freqüentemente.
- c) ( ) Cada setor tem um procedimento peculiar para administrar suas atividades.
- d) ( ) Existe um único procedimento para todos os setores da empresa.

**7 – Quais são as alternativas de financiamento de capital de giro?**

- a) ( ) A empresa recorre a capital de terceiros para financiar o capital de giro.
- b) ( ) Pouco habitual à necessidade de se utilizar recursos de terceiros para financiar o capital de giro.
- c) ( ) A empresa se utiliza de capital próprio para financiar o capital de giro.
- d) ( ) A empresa se utiliza de uma parte de capital de terceiros para financiar o capital de giro, geralmente empréstimos em banco.



**8 – Como é verificado o fator risco-retorno no investimento do capital na aquisição de um determinado elemento patrimonial?**

- a) ( ) O fator risco-retorno no investimento do capital na aquisição de um determinado elemento patrimonial não é verificado.
- b) ( ) Para que não ocorra prejuízo, todo investimento aplicado na aquisição de um determinado elemento patrimonial é verificado com eficiência.
- c) ( ) O administrador tenta da melhor forma possível, transformar as incertezas de risco em certezas absolutas do retorno no investimento aplicado para aquisição de algum elemento patrimonial.

**9 – Como é realizada a política de concessão de créditos aos clientes?**

- a) ( ) Não há uma política de crédito. A transação de venda é realizada conforme a situação do cliente.
- b) ( ) Sendo que a maior parte das vendas de mercadorias é a vista, a política de crédito é destinada normalmente aos clientes que compram a prazo.
- c) ( ) A política de crédito é modificada de acordo com as necessidades diárias e dependendo das mudanças de mercado.
- d) ( ) Existe uma política de crédito criado por procedimentos que visam o adequado atendimento das vendas a prazo.

**10 - Quais as necessidades de investimento de capital de giro?**

- a) ( ) Antes de aplicar o capital de giro na empresa, é realizada uma prévia análise das prioridades de investimentos.
- b) ( ) Como a empresa investiu demasiadamente em aquisição de mercadorias e aperfeiçoamento de funcionários, têm sido restritas as necessidades de capital de giro.
- c) ( ) As necessidades para o investimento de capital de giro são priorizadas conforme a urgência da aquisição de mercadorias/serviços, aperfeiçoamento de funcionários e qualificação da empresa.
- d) ( ) Não há a necessidade de investimento em capital de giro.

**11 – Os fornecedores da empresa possuem influencia na negociação, ou seja, determinam os preços e as condições de pagamento?**

- a)  Cada aquisição tem as suas particularidades.
- b)  Ocasionalmente, depende de cada aquisição.
- c)  Geralmente, os fornecedores determinam os preços e as condições de pagamentos.
- d)  A empresa é que determina os preços e as condições de pagamentos.

**12 – Como provêm os recursos de Capital de Giro?**

- a)  Todos os recursos provêm de capital próprio.
- b)  A administração de recursos financeiros é realizada de forma ocasional.
- c)  É realizado um planejamento para os pagamentos relevantes que são efetuados com base nas datas previstas.
- d)  A empresa não recorre a capital de terceiros.

**13 – A administração de estoques é interligada com outros sistemas da empresa, como por exemplo, contas a pagar e a receber?**

- a)  Cada sistema de controle interno é independente um do outro.
- b)  Com todos os sistemas que tenha alguma relação com os estoques.
- c)  O sistema de estoques é independente dos outros sistemas.

## Apêndice B

CALCULOS PARA ESTRUTURAÇÃO DA DFC - 2006		
<b>Saldo Final de 2005</b>		<b>223.050,19</b>
<b>Receita Operacional Recebida</b>	<b>3.018.753,26</b>	
(+) Receita Líquida 2006	3.578.717,84	
(+) Duplicatas a Receber (2005)	277.348,87	
(-) Duplicatas a Receber (2006)	(837.313,45)	
<b>Receitas Financeiras (DRE)</b>	<b>21.934,53</b>	
<b>Venda de Imobilizado</b>	<b>18.600,00</b>	
<b>Total de Entradas</b>		<b>3.059.287,79</b>
<b>Compras Pagas</b>	<b>2.691.230,07</b>	
(+) Compras 2006	2.699.447,00	
(+) Fornecedores 2005	65.564,95	
(-) Fornecedores 2006	(73.781,88)	
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>227.595,52</b>	
(+) (DRE 2006)	243.329,71	
(-) Depreciação	(15.734,19)	
(+) Salários a Pagar 2005	-	
(-) Salários a Pagar 2006	-	
<b>Despesa Financeira (DRE)</b>	<b>7.441,28</b>	
<b>Pagamento de Empréstimos</b>	<b>1.700,00</b>	
<b>Impostos</b>	<b>93.215,40</b>	
(+) Impostos a Pagar 2005	27.826,95	
(+) Impostos (DRE)	123.311,07	
(-) Impostos a Pagar 2006	(57.922,62)	
<b>Outras Contas Pagas</b>	<b>8.145,34</b>	
<b>Dividendos</b>	<b>30.000,00</b>	
<b>Total de Saídas</b>		<b>3.059.327,61</b>
<b>Saldo Final de 2006</b>		<b>223.010,37</b>